

15 FEV 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## Presidente da Amapar critica possível redução de férias

José Lazaro Jr.  
Reportagem Local

**Curitiba** - O fim das férias de 60 dias dos juizes e desembargadores será tema de uma pesquisa, a ser realizada pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar). Fernando Ganem, presidente da entidade, disse para a FOLHA que é a melhor forma para saber o que pensa a categoria, surpreendida ontem pela informação que Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), cogita cortar pela metade o benefício. "Sempre que o assunto vem à tona, a magistratura fica preocupada. É um direito histórico", protesta Ganem.

Na presidência do STF, Barbosa quer concluir a reforma da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), pendente desde a Constituição de 1988. Isso implica em incluir na norma a figura do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e acabar com alguns benefícios criados durante o regime militar, como as férias de 60 dias (1979). Somando o recesso jurídico e os feriados nacionais, a magistratura soma mais de 90 dias "sem trabalho" ao longo do ano.

Um dos argumentos de Barbosa, que tem o apoio do Congresso e do Ministério da Justiça, é que a redução

**Joaquim Barbosa, à frente do STF, sinaliza que pretende cortar pela metade tempo de folga dos magistrados**



**Atualmente, os magistrados têm direito a 60 dias de férias**

daria mais agilidade aos processos que tramitam no Judiciário. "Quando um juiz entra de férias, um substituto acumula as funções que seriam dele. Havia atraso nos processos quando eram feitas férias coletivas, com suspensão dos prazos, mas isso acabou. Hoje os prazos correm normalmente, pois os magistrados têm férias independentes uns dos outros", argumenta Ganem. "Se o juiz substituto não desempenha bem as suas funções, cabe às corregedorias lidar com essa situação", rebate o presidente da Amapar.

"Procuradores e professores também têm 60 dias de férias. Só que o magistrado não tem jornada de trabalho, fica disponível o dia inteiro. O período de férias é uma contrapartida dessa circunstância da profissão", defende Ganem. Em defesa da categoria, ele diz que o Conselho Nacional de Justiça, antes presidido pelo próprio Joaquim Barbosa, reconheceu a validade dos 60 dias de férias, pois considera possível a "venda" desses dias ao poder público. "Ao invés de tirar 30 dias, o juiz passa 20 em férias e vende os outros dez. Isso está previsto em resolução do CNJ, mas não é aplicado no Paraná.

Para Juliano Breda, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, a redução pela metade das férias dos magistrados é uma medida capaz de agilizar os processos. "A gente conhece e respeita a posição das associações de magistrados, mas entendemos que férias de 30 dias são justas e correspondem à dignidade das funções que eles exercem", retruca Breda, repercutindo posicionamento nacional da OAB, que é a favor do recesso jurídico, mas contra as férias "alongadas" dos juizes e desembargadores.

15 FEV 2013

## FOLHA DE LONDRINA

# TJ mantém aposentadoria de deputados na gaveta

**José Lazaro Jr.**  
*Reportagem Local*

**Curitiba** - Na semana passada, o desembargador José Gomes Aniceto frustrou o político Nelson Garcia (PSDB), que havia solicitado à Justiça a publicação imediata da lei que cria o fundo de previdência complementar dos deputados estaduais. A liminar foi negada, mas a ação judicial segue tramitando no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, sem data para ser debatida entre os desembargadores (Órgão Especial).

Ingressar na Justiça é a resposta de Garcia à decisão de manter o benefício engavetado, tomada pelo presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni, no final de 2012. O texto está pronto desde 2008, mas nunca foi publicado no Diário Oficial, última condição para que entre em vigor. Chamado originalmente de Previdepar, o fundo permite pagamentos mensais de até 85% do subsídio dos deputados estaduais aos políticos já aposentados, cerca de R\$ 17 mil em valores atuais.

O tema provoca polêmica desde 2006, quando a primeira tentativa dos deputados estaduais em instituir o benefício foi vetada pelo então governador Roberto Requião. Nos últimos seis anos a proposta sofreu alterações e foi alvo de ações judiciais e contestação do Ministério da Previdência.

Aniceto ainda não concluiu sua análise do caso. O magistrado já intimou o Ministério Público (MP) do Estado e a AL para se manifestarem no processo e disse não ter pressa em marcar o julgamento. Um dos pontos polêmicos envolvendo a proposta é como seria feita a capitalização desse fundo privado de previdência.

Antes de Rossoni decidir pelo engavetamento da matéria, Tadeu Veneri (PT) ameaçava também entrar na Justiça caso houvesse dinheiro público "bancando" um fundo de previdência privada. "O deputado se aposenta e já sai ganhando R\$ 17 mil? Para isso acontecer na previdência privada, o camarada precisa depositar cerca de R\$ 3 milhões do próprio bolso", reclamava o petista.

15 FEV 2013

## FOLHA DE LONDRINA INFORME

### Diário da Justiça

Foi publicado na edição de ontem do Diário da Justiça Eletrônico o decreto que estabelece o novo valor do auxílio-alimentação aos servidores do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, de R\$ 710 por mês. É o segundo aumento consecutivo desde janeiro (alta de 77%), quando passou a vigorar elevação aprovada pelos deputados estaduais em 2012. O impacto estimado de ambas as medidas no orçamento anual do TJ será superior a R\$ 24,6 milhões. O novo presidente do TJ, Clayton Camargo, assina a peça, que não está acompanhada do respectivo demonstrativo financeiro.

### 'Não é absurdo'

Perguntado se a OAB Paraná iria se manifestar sobre os dois aumentos consecutivos no auxílio-alimentação pago aos servidores do TJ, Juliano Breda, presidente recém-empossado, afirmou que o tema não diz respeito à OAB. "Consultei especialistas que não viram ilegalidade no ato, que o aumento concedido é um ato de gestão", aliviou o advogado. "Pedi para fazerem um estudo mais aprofundado, mas se não houver outro fato, a Ordem não irá se pronunciar", disse Breda, para quem o benefício de R\$ 710 por mês, acrescido ao contracheque a título de alimentação, "é um valor admissível, não é absurdo".

## MAZZA

### Alimentação

Vale alimentação dos servidores do Judiciário é agora de R\$ 710, aumento de 77%. Com R\$ 32 diários levam o dobro do que recebem os vigilantes depois de tanta luta. No TJ a medida foi vista como igualitária, isso é na comunidade do poder, mas isonomia com Executivo e Legislativo seria impossível.

A palavra privilégio se origina de *priva lex*, lei privada.

15 FEV 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### MILITÃO

#### O Fórum Criminal precisa de reparos

O Fórum Criminal de Londrina anda precisando de urgentes reparos, me dizem advogados que ali atuam. Juízes e funcionários (a maioria moças) que ali trabalham se sentem meio abandonados, em relação ao pessoal do Fórum Cível e etc. O pior: a segurança é pouca em relação ao perigo iminente, pois no Fórum Criminal são ouvidos assassinatos, assaltantes, estupradores e etc.

### INFORME

#### Contratações irregulares

O Ministério Público (MP) do Paraná ofereceu duas denúncias criminais contra o ex-prefeito de Foz do Iguaçu Paulo Mac Donald Ghisi, além de ex-secretários do município, por conta de 11 contratações de comissionados para funções que caracterizariam cargo de provimento efetivo.

#### Improbidade administrativa

Começou no dia 8 de fevereiro o prazo para que os tribunais brasileiros comecem a informar mensalmente ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) os dados relativos às 19 metas nacionais do Poder Judiciário para 2013. Entre elas está a Meta 18, que fixa o dia 31 de dezembro deste ano como prazo para identificação e julgamento de todos os processos sobre improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, distribuídos até dezembro de 2011.

15 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CRIMINALIDADE

# Falta de vagas deixa jovens infratores sem punição

Boa parte dos adolescentes de cidades da região de Londrina é liberada sem passar por centros de socioeducação. Em Ibiporã, somente 17% das sentenças foram cumpridas em 2012. Número de internações em Cambé chegou a 30% nos últimos 11 meses. Governo garante que não há registro oficial de casos.

15 FEV 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## Transferências de infratores para Cense são 'raras'

### Nenhuma vaga foi criada nos centros de socioeducação da região de Londrina nos últimos oito anos

**Londrina** – Um jovem de 16 anos ficou detido por quatro dias na Delegacia de Santa Mariana (Norte Pioneiro) por suspeita de ter assassinado uma criança de 7 por causa de uma pipa entre o fim de janeiro e o início de fevereiro. Manter menores de idade em cadeias comuns é uma prática vedada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, por falta de vagas em unidades especializadas, poucos atos infracionais em cidades pequenas resultam em internamento.

Nenhuma vaga para abrigar adolescentes infratores foi criada na Região Metropolitana de Londrina (RML) nos últimos oito anos. O investimento mais recente foi a aplicação de R\$ 43 milhões em reformas das 24 unidades do Estado, que totalizam 1.003 vagas - R\$ 588 mil para o Cense I de Londrina, cuja obra está em andamento.

Sem vagas nas unidades especializadas, os adolescentes não recebem tratamento adequado, já que a legislação prevê a apreensão do infrator por apenas cinco dias em delegacias. Sem passar pelos centros de socioeducação, muitos são liberados para voltar às ruas antes do tempo e voltam a cometer crimes.

Levantamento feito pela Promotoria da Infância e Juventude de Ibiporã mostra que 46 adolescentes foram apreendidos ano passado na cidade. Houve a decretação judicial para internação provisória de 32 jovens que cometeram atos infracionais graves. No entanto, 26 deles foram liberados por falta de vagas em centros de socioeducação. Os internamentos, portanto, representam apenas 17% do total de atos infracionais que resultaram em apreensões. "O baixo número de adolescentes internados é uma afronta aos princípios previstos no ECA", alerta o juiz Sérgio Aziz Neme, de Ibiporã.

No final de 2011, o magistrado acatou pedido de liminar da Promotoria Pública para que o Estado garantisse internação provisória dos menores infratores. No entanto, os números demonstram que a demanda judicial surtiu pouco efeito.

"Os adolescentes têm sensação de impunidade gerada por isso. Muitas vezes fica a impressão que eles se sentem intocáveis", analisa o promotor Thadeu Augimeri de Goes Lima, que responde interinamente pelas promotorias de Ibiporã e Rolândia.

A Vara da Infância e Juventude de Rolândia não tem levantamento do número de internações de jovens que cometeram

atos infracionais em 2012. Porém, não é difícil perceber que os casos de jovens que são transferidos para os centros de socioeducação são raros.

Um exemplo é o caso de um jovem que, antes de completar 18 anos, foi apreendido mais de 30 vezes pela Polícia Militar de Rolândia. Ele esteve envolvido em casos de furto, tráfico de drogas, receptação, roubo e posse ilegal de arma de fogo, entre outros atos infracionais. Mesmo com uma extensa ficha infracional, nunca passou nem perto de um centro de socioeducação. Na semana em que completou 18 anos, foi preso em flagrante por envolvimento em um homicídio.

Em Cambé, também na Região Metropolitana de Londrina, o número de internações chegou a 30% nos últimos 11 meses. Das 55 solicitações de vagas em Censes, 17 foram acatadas. De junho a novembro do ano passado, no entanto, nenhum dos 15 pedidos foi cumprido. "Ao analisar esses números fica difícil convencer a sociedade que estamos praticando justiça", lamenta o promotor Walter Yuyama.

**CONTINUA**

15 FEV 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Não comuns também casos de adolescentes ameaçados de morte que são colocados nas ruas em até cinco dias. Yuyama se descobre para evitar que algo de ruim aconteça. "Até para garantir a segurança do adolescente a gente tenta outra solução junto ao Cras (Centro de Referência de Assistência Social) e ao Conselho Tutelar", explicou.

Cambé, Rolândia e Iporã, que ainda conseguem algumas transferências, estão entre as quatro maiores cidades da RML. A situação fica mais complicada em municípios de menor porte.

O delegado de Sertãozinho, Paulo Gomes, não lembra quando ocorreu a última internação de infrator na cidade. "Via de regra, os adolescentes são liberados", relatou.

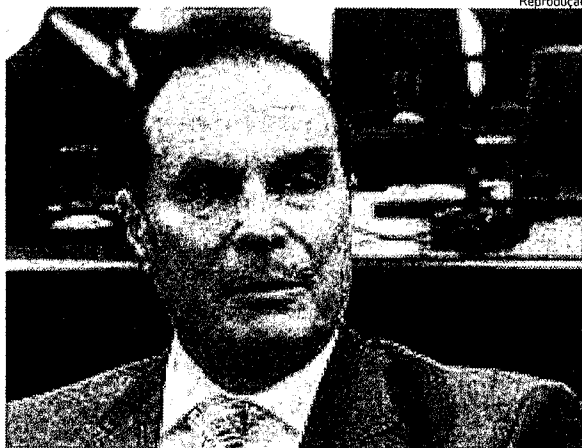
Adair de Oliveira ficou mais de sete anos à frente da Delegacia de Assaí e viu muitos casos de reincidência infracional. "A lei teria que mudar para ter punições mais severas aos adolescentes. A atual impunidade está gerando tudo isso, alta incidência de crimes envolvendo jovens", comentou.

A Secretaria Estadual de Família e Desenvolvimento Social informou, por meio de nota, que não existe "reserva" ou "atendimento prioritário" em nenhuma comarca e que não tem "atualmente nenhum registro oficial de falta de vagas" no Estado.

15 FEV 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

### TJ-PR reajusta vale- alimentação dos servidores



! O desembargador Clayton Camargo aumentou valor por decreto

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná anunciou aumento de 30% no valor do auxílio-alimentação pago aos servidores. Os funcionários receberão, a partir de 1º de fevereiro, R\$ 710,00 para as despesas com refeições. A medida foi anunciada um dia antes do feriado de carnaval, na sexta-feira (8). Este é o segundo reajuste no benefício concedido em dois meses. Em novembro de 2012, a Assem-

bleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou o projeto de lei, que reajustou em 37,5% o valor do auxílio-alimentação. Se naquela ocasião, o mecanismo foi a aprovação dos deputados, desta vez, o presidente do TJ-PR, Clayton Camargo, recorreu a um decreto para implantar o aumento.

De acordo com o Camargo, com a medida, os servidores passam a receber como juízes e desembargadores.



15 FEV 2013

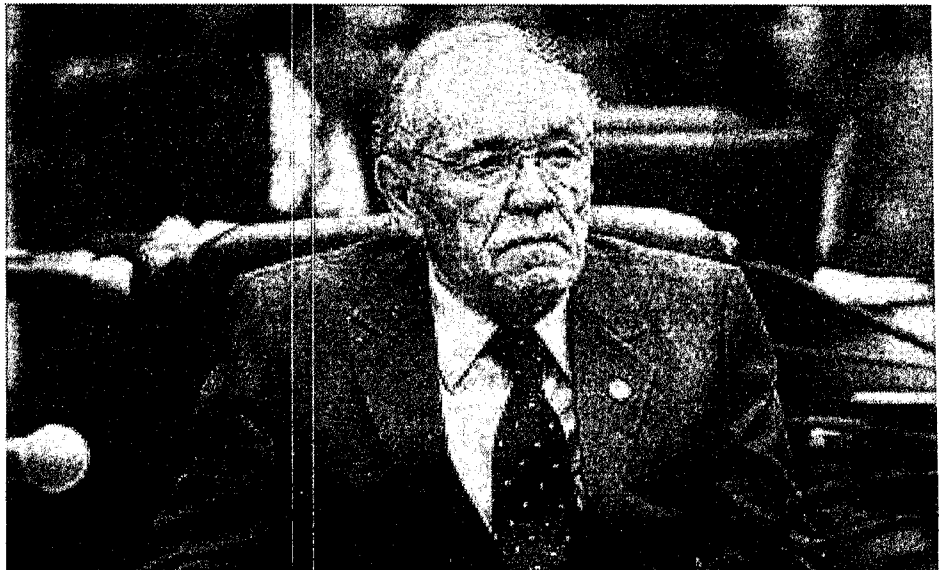
## JORNAL DO ÔNIBUS

# Justiça nega liminar para aposentadoria para deputados

| Pelo projeto, deputado estadual aposentado receberia R\$ 17 mil

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná negou o pedido de liminar impetrado pelos deputados estaduais Duílio Genari (PP) e Nelson Garcia (PSDB) que obrigaria o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), a assinar o projeto de lei que concede aposentadoria aos parlamentares. Pelo texto, atualmente, o benefício seria de R\$ 17 mil.

A discussão sobre a concessão ou não da aposentadoria começou em 2008, quando os deputados aprovaram o projeto de lei que criava o Plano de Previdência Complementar da Casa. Na ocasião, Roberto Requião (PMDB) era o governador do estado e vetou o



| Duílio Genari entrou na Justiça para obter o benefício

projeto. De volta ao plenário, o veto foi derrubado, contudo, o então presidente da Casa não cumpriu o prazo constitucional para a promulgação da lei. O projeto acabou sendo arquivado em

20 de dezembro de 2010.

Já em dezembro de 2012, alguns deputados se articularam e criaram um abaixo-assinado para que Rossoni retomasse o debate sobre a aposentadoria. O deputado por

sua vez, com base em uma orientação da Procuradoria-Geral da Casa, anunciou que o assunto estava encerrado que o debate sobre a aposentadoria dos deputados não seria retomado.

## NOTA POLÍTICA

### Tribunais regionais

O 1º vice-presidente da Câmara, deputado federal André Vargas (PT-PR), esteve ontem reunido com os paranãenses Félix Fischer, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, e o ministro Sérgio Luiz Kukina, para discutir a criação de novos tribunais regionais federais em mais quatro estados: Amazonas, Bahia, Minas Gerais e Paraná.

15 FEV 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

### STJ mantém julgamento de Carli Filho para março

O ministro relator do STJ decidiu pela manutenção do julgamento do ex-deputado Carli Filho para o dia 26 de março. Ele é acusado pela morte de dois jovens por dirigir embriagado.

# Mantido o julgamento de Carli Filho para março

## ISTF nega recurso da defesa para suspender júri

O Ministro Sebastião Reis Júnior, da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, pau-

tou o julgamento dos recursos pendentes no caso criminal do ex-deputado Luiz Fernando

Ribas Carli Filho, para o dia 21 deste mês. O despacho foi publicado no site do STJ.

Arquivo PM

A defesa do acusado pretendia no Superior Tribunal de Justiça a suspensão do seu julgamento pelo júri, marcado para o próximo dia 26 de março em Curitiba. O requerimento da defesa encontrava-se para despacho em mãos do Ministro Relator. O advogado Elias Mattar Assad, que figura como assistente da acusação, declarou que ao invés de suspender o julgamento do acusado pelo Tribunal do Júri de Curitiba, o Ministro optou por mantê-lo e pautar o julgamento do recurso pendente para o dia 21 de fevereiro.



Carli Filho deve ser julgado no dia 26 de março pelo júri popular

15 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

## TJ-PR faz amanhã “mutirão” judicial

Yuri Al'Hanati

Curitibanos com questões pendentes na Justiça podem usar o dia de amanhã para resolvê-las. A primeira edição de 2013 do programa Justiça no Bairro, projeto de assistência cívica gratuita para os cidadãos, acontece pela primeira vez na sede do Judiciário, na Antiga Vara da Família e no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), ambos no Centro Cívico. São esperadas 10 mil pessoas.

Os serviços que serão prestados na área jurídica são: atendimento jurisdicional, audiências de conciliação, interdição judicial (área cível), divórcio, guarda, reconhecimento de paternidade e maternidade (área da família) e retificação do registro civil.

“A ideia é aproveitar o que nós já temos [a estrutura da Justiça]. Não existe custos para o Poder Judiciário [com essa ação]; trabalharemos com servidores e com a logística do departamento”, conta a desembargadora Joeci Camargo, idealizadora do evento que em

2013 completa dez anos e que já passou por cerca de 80 cidades paranaenses.

Além da estrutura do TJ, Joeci explica que também há parcerias com o sistema Fecomércio, com o Instituto Curitiba de Informática, com a prefeitura e instituições públicas e privadas, como hospitais e universidades, que prestam os mais diversos serviços de forma voluntária. Entre eles, emissão de certidões de divórcio, declaração de união estável, pedidos de exame de DNA, Guarda e Responsabilidade, e confecção de carteiras de identidade e trabalho. A estrutura também prevê serviços de saúde e atividades de lazer para as cerca de dez mil pessoas que devem passar pelo programa entre as 9 e às 17 horas, segundo previsão dos organizadores. Haverá também um casamento coletivo de 500 casais.

O foco, segundo a desembargadora, é a população carente. “Há uma parcela da população que é economicamente e judicialmente vulnerável, pois não pode deixar de tra-

balhar por um dia para levar documentos ao centro da cidade para uma triagem sem comprometer a renda familiar. Por isso muita gente espera o Justiça no Bairro acontecer para vir.” Segundo Joeci, a recomendação é que os interessados tragam todos seus documentos para não comprometer nenhuma ação.

O local desta edição do evento tende a ser um dos pontos mais frequentados do Centro Cívico pelos curitibanos, já que parte do projeto deve continuar por ali. “O Presidente do TJ [o desembargador Cleyton Camargo] vai oficializar Centro de Atendimento e Conciliação do Projeto Justiça do Bairro, e ele vai ficar instalado permanentemente na Antiga Vara da Família. E nós teremos, doravante, atendimentos jurídicos uma vez por mês”, diz Joeci, e completa: “Queremos atender a população de uma forma mais acolhedora pelo poder judiciário como um todo”.

### Serviço

O programa Justiça no Bairro vai funcionar neste sábado, das 9h às 17h, na antiga Vara da Família (Av. Cândido de Abreu, 830, Centro Cívico) e no Tribunal de Justiça do Paraná (Praça Nossa Senhora de Salete, S/N, também no Centro Cívico).

15 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

» REGISTRO DE DOCUMENTOS

## Média das taxas de cartório no Paraná é a menor da Região Sul

Serviços no Paraná custam R\$ 32,39 em média contra R\$ 40,00 no Rio Grande do Sul e R\$ 124,41 em Santa Catarina. Projeto de reajuste das custas provocou polêmica em 2012

| Anderson Gonçalves

Um dos principais assuntos que deve ser debatido pelos deputados estaduais neste início do ano legislativo é o reajuste das taxas dos cartórios do Paraná. No fim de 2012, o Tribunal de Justiça (TJ) enviou um projeto de lei à Assembleia para aumentar todas as custas em 18,15%. A proposta levantou um questionamento: os preços que se pagam por serviços cartorários no estado são justos ou estão defasados? Sem um consenso sobre o assunto, os deputados adiaram a votação do projeto. A Gazeta do Povo fez um amplo levantamento das taxas de cartórios extrajudiciais cobradas nos três estados do Sul e concluiu que, sem o reajuste, a média das custas praticadas no Paraná é mais baixa do

que a do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A reportagem da Gazeta do Povo somou todas as taxas cobradas atualmente nos três estados e tirou uma média delas. Sem reajuste na tabela desde 2010, o Paraná apresenta uma média de R\$ 32,39 para os 81 serviços praticados. No Rio Grande do Sul, essa média é de R\$ 40,00 (com uma oferta de 134 serviços). Santa Catarina tem a média mais elevada: R\$ 124,41 para um total de 83 serviços.

A metodologia usada pela reportagem foi somar todas as custas de cada estado e dividir pelo número de taxas. Nos casos em que uma custa tem várias faixas de valores cobrados, também foi extraída a média para compor o cálculo final. Isso foi feito porque, nos três estados, há serviços cartorários diferentes e, portanto, é impossível fazer uma comparação taxa a taxa. Com o método usado, é possível saber em qual estado um cidadão, que eventualmente precise de todos os serviços de cartórios, paga mais.

Se houvesse o reajuste de 18,15% proposto pelo TJ, a média do Paraná permaneceria abaixo da praticada pelos gaúchos. Com o reajuste

linear, o custo médio dos serviços no Paraná ficaria em R\$ 38,21, ante os R\$ 40,00 do Rio Grande do Sul.

### Inflação

O projeto do reajuste das custas pelo TJ propõe a recomposição da inflação acumulada desde 2010, quando houve o último reajuste nas taxas paranaenses. Tanto o Rio Grande do Sul como Santa Catarina tiveram suas taxas de cartório reajustadas para 2013, com base em índices oficiais de inflação. Em Santa Catarina o aumento foi de 5,6%, enquanto no Rio Grande do Sul o percentual aplicado foi de 6,73%.

### Debate

Inicialmente, o objetivo do TJ do Paraná era propor uma ampla revisão da tabela de taxas de cartório e custas judiciais. A proposta causou polêmica porque reajustava em até 300% os preços de alguns serviços. Diante da repercussão negativa e da indisposição dos deputados em votar o projeto sem uma ampla discussão, o então presidente do tribunal, Miguel Kfourri Neto, retirou o texto e encaminhou a proposta de reajuste linear de 18,15%.

**CONTINUA**

15 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

No entanto, o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), optou por não colocar a matéria em votação diante da incerteza sobre os valores.

Rossoni diz que não há previsão para votar o projeto. Mas garante que a proposta será "amplamente debatida" pelos deputados e com a sociedade. Na segunda-feira, haverá uma reunião com entidades envolvidas no assunto para discutir o reajuste.

Existe ainda a possibilidade de ser elaborado um novo projeto para revisão das taxas. Mas essa decisão ficará a cargo do novo presidente do TJ, Clayton Camargo, que tomou posse no início deste mês. Como o reajuste tem validade somente para o ano subsequente, qualquer alteração, mesmo que aprovada no início de 2013, só entrará em vigor a partir de 2014.

Colaborou Karlos Kohlbach.

## VARIAÇÃO

Confira os valores cobrados por cartórios da Região Sul para alguns dos serviços mais procurados:

|                            | Paraná |                        | Santa Catarina | Rio Grande do Sul |
|----------------------------|--------|------------------------|----------------|-------------------|
|                            | Atual  | Com reajuste de 18,15% |                |                   |
| Autenticação de documentos | 2,01   | 2,38                   | 1,90           | 3,10              |
| Reconhecimento de firma    | 3,06   | 3,62                   | 2,25           | 3,10              |
| Escritura pública (média)  | 441,09 | 522,69                 | 482,32         | 716,20            |
| Registro de imóveis        | 396,33 | 464,65                 | 437,70         | 603,52            |

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

## PROCESSOS JUDICIAIS

### Discussão sobre revisão das taxas também atinge custas judiciais

Não são apenas as taxas de cartório que estão em debate na discussão que envolve a Assembleia Legislativa e Tribunal de Justiça do Paraná. A revisão da tabela inclui também as custas judiciais, cobradas para a movimentação de processos. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também defende alterações nas cobranças, mas diferente dos moldes que haviam sido propostos inicialmente pelo TJ. O vice-presidente da OAB Paraná, Cássio Telles, acredita que a atual tabela penaliza as ações de pequeno valor, pois aquelas de maior porte contam com mais privilégios. Por outro lado, a entidade contesta a fixação de um teto de R\$ 20 mil para os processos, conforme havia sido proposto no primeiro projeto encaminhado à Assembleia. "É preciso definir uma tabela justa e equânime. Caso contrário, estaremos afastando a população do Judiciário", diz Telles.

Uma das propostas defendidas pela OAB é o estabelecimento de custas para momentos específicos dos processos, como o início e o final. "Hoje o cidadão paga custas e mais custas ao longo de todo o processo. Se adotarmos esse modelo, o trâmite será simplificado e agilizado", acredita o vice-presidente da entidade.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

15 FEV 2013

## Nem sempre as custas do estado são menores

Apesar de ter o menor valor médio nas taxas de cartório do Sul do Brasil, nem sempre o Paraná apresenta as menores custas quando se avaliam os serviços mais procurados. O custo para procedimentos como autenticação de documentos, reconhecimento de firma e registro de imóveis varia conforme o estado, com diferenças que podem chegar a mais de 60%.

Segundo a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), entidade que representa os cartórios, um dos serviços mais procurados pela população é a autenticação de documentos. No Paraná, o custo para documentos mais simples é de R\$ 2,01, pouco acima do cobrado em Santa Catarina, de R\$ 1,90. O maior valor é encontrado no Rio Grande do Sul, de R\$ 3,10 — 63% maior do que nos cartórios catarinenses. Esse é o mesmo valor cobrado pelo reconhecimento de firma dos gaúchos. No Paraná, o serviço custa R\$ 3,06. Em Santa Catarina, R\$ 2,25.

No caso de registros de títulos de imóveis, a taxa cobrada varia conforme o valor declarado da propriedade. A média do Paraná é a menor entre os estados da Região Sul, de R\$ 396,33. A maior é a do Rio Grande do Sul, de R\$ 603,52. Entre outros serviços muito utilizados estão procurações, protestos de títulos e escrituras de imóveis.

Para o vice-presidente da Anoreg no Paraná, Angelo Volpi, a revisão da tabela de custas cartorárias é necessária e urgente. “A tabela atual tem 40 anos, não serve mais. Ela possui muitas distorções e não reflete a responsabilidade dos cartórios”, argumenta. Como exemplo, ele cita o fato de que o proprietário de um imóvel de R\$ 15 mil paga as mesmas taxas que alguém cuja propriedade esteja avaliada em R\$ 1 milhão. “É injusto para ambos.”

Já a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) acredita que o assunto exige um debate mais aprofundado. “O projeto foi feito muito às pressas e não foi debatido suficientemente. Alguns valores que haviam sido propostos são incompatíveis com a realidade. Quem sai prejudicado com isso é a população, que é quem paga essas taxas e terá dificultado o acesso a esses serviços”, avalia o vice-presidente da entidade, Cássio Telles. (AG)

R\$ 3,06

é o valor de reconhecimento de firma no Paraná. É maior que em Santa Catarina, R\$ 2,25. Mas menor do que no Rio Grande do Sul, R\$ 3,10.

15 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DO LEITOR

### *Superaposentadoria 1*

**C**ongratulações ao desembargador José Aniceto por não permitir que os cofres públicos sejam saqueados por deputados através de uma aposentadoria especial. O trabalhador pode contribuir com o valor do teto da Previdência durante 35 anos de trabalho e jamais conseguirá ter o benefício pleiteado por esses deputados que só legislam em causa própria. Já recebem bem demais pelo pouco que fazem. Se não estão satisfeitos com seus nababescos proventos, que saiam da política e vão trabalhar de fato!

**Geraldo Buss**

### **Superaposentadoria 2**

Um parlamentar nada mais é que um representante do povo e assim deveria agir, sustentando e cumprindo suas promessas de campanha. À tal da "superaposentadoria" é irreal e não condiz com a realidade vivida por qualquer brasileiro. Infelizmente, já sabemos o que irá acontecer. A proposta acabará sendo aprovada de uma forma ou de outra, o que elevará os gastos públicos, que, por sua vez, serão cobertos pelos impostos cobrados da população.

**Marcos Gilberto Colman, Rio de Janeiro – RJ**

### **Auxílio-alimentação**

O Judiciário está acima dos outros poderes do Estado? Por que reajustar, novamente, o auxílio-alimentação dos funcionários do TJ (**Gazeta**, 14/2)? O expediente deles começa depois do almoço! Esses reajustes constantes acima da inflação e demais benefícios não estão no mesmo patamar do serviço prestado à comunidade.

**Reginaldo Moreira**

15 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## PGR considera que há excesso de comissionados na Assembleia Legislativa

Casa possui 915 servidores não concursados e 436 efetivos. Para Roberto Gurgel, essa relação contraria o princípio constitucional da proporcionalidade

*Karlos Kohlbach*

! A Procuradoria-Geral da República (PGR) considerou desproporcional a relação entre o número de funcionários comissionados e efetivos na Assembleia Legislativa do Paraná. O Legislativo paranaense dispõe hoje de 915 servidores que ocupam cargo em comissão e 436 concursados — relação de pouco mais de dois comissionados para cada servidor de carreira.

No entendimento do procurador-geral, Roberto Gurgel, que assina o parecer, essa relação contraria o princípio constitucional da proporcionalidade. A diferença poderia ser ainda maior,

### 727

servidores comissionados trabalham nos gabinetes dos deputados. Cada parlamentar tem direito a ter até 23 funcionários de livre nomeação.

de quase quatro para um, se todas as 1.680 vagas de cargos em comissão existentes na Casa fossem preenchidas.

Apesar do entendimento de desproporcionalidade, a PGR em nenhum momento cita no parecer a necessidade da redução dos cargos de natureza comissionada na Assembleia e também não estabelece a proporcionalidade ideal entre comissionados e efetivos. No entanto, Gurgel cita decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), envolvendo a Câmara de Vereadores de Blumenau (SC), que entendeu que o quadro de comissionados não pode ser superior ao de efetivos.

O parecer da PGR consta da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que tramita no STF proposta

pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que questiona a legalidade de duas leis, aprovadas na Assembleia, que reestruturaram a política de cargos e remuneração na Casa. As leis, alvo de questionamento, foram aprovadas pelos deputados estaduais depois das denúncias de irregularidades mostradas pela **Gazeta do Povo** e RPC TV na série de reportagens Diários Secretos. A Adin está nas mãos do ministro Marco Aurélio e ainda não tem data marcada para o julgamento. Se a ação for considerada procedente, a Assembleia terá de reduzir o número de comissionados ou realizar concurso público.

**CONTINUA**



# 15 FEV 2013

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

#### Concurso

O presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), adiantou que pretende realizar concurso ainda durante a sua gestão, que acaba em 2014. Ele também disse que vai extinguir cerca de 700 vagas de cargos comissionados. A medida deve ser anunciada durante uma reforma administrativa que o tucano pretende realizar.

“Temos que fazer uma diferenciação entre os cargos em comissão na administração e nos gabinetes parlamentares, onde está a distorção. Mas é assim no país todo”, diz. Segundo a assessoria da Casa, a administração possui 208 servidores comissionados e 436 efetivos — relação de dois concursados para cada comissionado. Nos gabinetes, porém, prevalece a presença de servidores em comissão. Como cada um dos 53 deputados pode ter até 23 servidores, a Assembleia dispõe de 1.242 cargos de natureza comissionada. Atualmente, 727 dessas vagas estão ocupadas.

#### Investigação

O Ministério Público do Paraná (MP) move um procedimento investigativo a respeito do excesso de cargos comissionados na Assembleia. No ano passado, o MP pediu para que diversas câmaras municipais do estado — inclusive a Câmara de Curitiba — reduzissem o número de cargos dessa natureza. A mesma iniciativa, porém, ainda não foi tomada em relação à Assembleia.

15 FEV 2013

## GAZETA DO POVO

# Comércio questiona na Justiça feriado da Consciência Negra

Felipe Aníbal

A recém-sancionada lei que institui como feriado o Dia da Consciência Negra, em Curitiba, está sendo contestada na Justiça. Na semana passada, a Associação Comercial do Paraná (ACP) ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça, questionando o fato de a data — 20 de novembro — ter sido incorporada ao calendário oficial de feriados do município. A entidade afirma apoiar a celebração cívica, mas posiciona-se contrariamente à suspensão das atividades comerciais.

“A associação apoia e incentiva a justa homenagem ao afrodescendente, mas acreditamos que o feriado não seja a maneira mais eficaz de comemorar a data. O feriado não gera nenhum tipo de conscientização”, avalia o advogado Leonardo Luiz Pamplona, um dos que representa a ACP.

De autoria do ex-vereador Clementino Vieira, a lei foi aprovada no fim de novembro de 2012 e sancionada no início deste ano. Na avaliação da ACP, a Câmara não teria competência para instituir feriados civis. “Esta é uma competência privativa da União.

Municípios de vários outros estados instituíram o Dia da Consciência Negra como feriado, mas os tribunais declararam as leis inconstitucionais”, afirmou o advogado.

Além do argumento jurídico, a ACP se apoia no impacto econômico e financeiro que o feriado causaria a Curitiba.

Grupos que representam os afrodescendentes, por sua vez, não abrem mão de que o Dia da Consciência Negra seja marcado por um feriado municipal em Curitiba. Para o presidente da União de Negros e Negras pela Igualdade (Unegro), Denis Denilton Laurindo, a suspensão das atividades na data é imprescindível para que toda a sociedade faça uma reflexão sobre a condição do negro na capital paranaense.

# 15 FEV 2013

## GAZETA DO POVO

» SANTAMÁRIA

### Ação pede indenização de R\$ 3 mi por vítima da Kiss

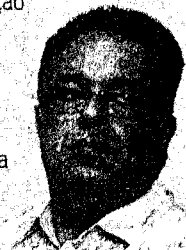
A Associação Nacional para Exigência do Cumprimento das Obrigações Legais (Anecol), com sede em São Paulo, ajuizou uma ação civil pública na Comarca de Santa Maria (RS) pedindo que os proprietários da boate Kiss, os integrantes da banda Gurizada Fandangueira e a prefeitura local sejam condenados a pagar R\$ 3 milhões à família de cada vítima da tragédia ocorrida na casa noturna no dia 27 de janeiro e R\$ 300 mil a cada um dos feridos pelos abalos morais que sofreram. “Esses valores não devolvem vidas, mas são razoáveis para as famílias sentirem que a Justiça foi feita”, afirma o advogado Walter Euler Martins, da Anecol. A ação foi encaminhada à Justiça no último dia 4.

O número de pacientes internados com ferimentos por causa do incêndio caiu para 37 ontem. Entre os cinco que tiveram alta estavam dois internados em Canoas e um em Caxias do Sul, cidades que deixaram de ter pacientes da tragédia. Os 37 internados estão em seis hospitais de Porto Alegre e dois em Santa Maria. Oito deles dependem ainda de respiração mecânica.

#### Pinga-jogo

**“Nós temos um país continental, e precisamos, de fato, de uma redistribuição da Justiça. Então, para garantir a celeridade da Justiça e a cidadania dos brasileiros, são necessários pelo menos esses quatro novos TRFs.”**

André Vargas (PT-PR), deputado federal e presidente em exercício da Câmara, defendendo a criação de quatro novos Tribunais Regionais Federais (TRFs), um deles no Paraná. Ontem, Vargas esteve com o presidente do STJ, ministro Felix Fischer, para discutir o andamento da PEC que prevê a criação dos tribunais.



#### Definido o procurador que vai analisar denúncia de Valério contra Lula

O Ministério Público Federal (MPF) em Minas Gerais começou a analisar nesta semana o depoimento do publicitário Marcos Valério no qual ele acusa o ex-presidente Lula de ter recebido recursos do esquema do mensalão. O material foi encaminhado pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para a primeira Instância porque Lula não possui mais foro privilegiado. A investigação foi distribuída para o Núcleo do Patrimônio Público do MPF de Belo Horizonte. Por sorteio, a análise ficará a cargo do procurador Leonardo Augusto Melo.

15 FEV 2013

GAZETA DO POVO

# “Combate à violência tem deixado a desejar”

“Quando conversei com pessoas da rede, me pareceu que tudo é muito positivo. Mas quando converso com as mulheres que dependem da rede, o cenário é outro.”

ROSELI ISIDORO, secretária da Mulher de Curitiba

**O**s desafios da nova Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres de Curitiba não podem ser subestimados. Recém-criado por decreto pelo prefeito Gustavo Fruet (PDT), o órgão tem pouca autonomia administrativa e financeira — “o orçamento é zero”, diz a nova secretária, a ex-vereadora e presidente do PT em Curitiba, Roseli Isidoro. Também não possui sede e por enquanto ficará no mesmo local onde funciona o Conselho Municipal da Condição Feminina, no Centro Cívico. E deve, nos primeiros anos, elaborar projetos para concorrer em editais com órgãos que já existem há mais tempo, já que Curitiba foi a última capital brasileira a criar uma secretaria da mulher.

A nova secretária terá de lidar, já no início, com o problema da violência doméstica. Em janeiro, veio à tona o caso de uma mulher vítima de estupro coletivo cujo atendimento foi negado pela Delegacia da Mulher da capital.

Curitiba também não aderiu ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, e portanto não recebeu recursos da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do governo federal. Para ter acesso a convênios, é preciso protocolar a adesão e enviar projetos. Em entrevista à *Gazeta do Povo*, Roseli prometeu elaborar projetos com o intuito de angariar verbas com o governo federal, por meio da SPM. Entre as promessas estão uma nova casa-abrigo, dois centros de referência para atendimento de mulheres vítimas de agressão, mais capacitação de profissionais da prefeitura que atendem os casos e a criação de um protocolo de atendimento para acompanhar as denúncias e compilar informações.

**Qual será o foco da secretaria neste primeiro momento?**

Vamos aderir ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e seguir as diretrizes apontadas pelo governo federal na área, firmando um compromisso na área de combate à violência contra a mulher, que tem deixado a desejar. Na audiência que tivemos com a ministra da SPM, eu propus um projeto de modernização da rede de atendimento à mulher em situação de violência, porque, apesar de haver essa rede, eu percebi que há lacunas neste trabalho, pois ela opera sem que os órgãos conversem entre si. E há falhas já na porta de entrada, seja na unidade de saúde, seja na delegacia da mulher. Não há um acompanhamento desta mulher, para saber o que ocorreu depois da denúncia. Faltam informações. Aliás, muitas vezes ela chega com a denúncia de ameaça e há um processo de ‘desestímulo’ no registro ou na representação. **CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

**Qual sua análise sobre a forma como a delegacia vem conduzindo os trabalhos, em especial depois da denúncia de que uma vítima de estupro coletivo não foi atendida pelo órgão?**

Eu falo como leiga, mas acho que quando a delegacia, ao receber uma denúncia, remete o caso a uma Delegacia de Furtos e Roubos e diz que isso é principalmente uma questão patrimonial, é um equívoco. Discordo totalmente da delegada Maritza [Háisi, titular da Deam] nesse ponto. Ela deve ter seus argumentos do ponto de vista legal, questões de encaminhamento e hierarquia, mas a mulher deveria ter sido atendida mesmo assim.

**Qual é o diagnóstico que você faz da rede como um todo, não só da delegacia?**

Quando conversei com pessoas da rede, me pareceu que tudo é muito positivo, que é um mar de rosas. Mas quando conversei com as mulheres que dependem da rede, o cenário é outro. Eu visitei uma mulher que foi violentada, e ela me disse que o atendimento na delegacia, no IML, até o atendimento por psicólogos na FAS [Fundação de Ação Social, da prefeitura] é deficiente. E ela é uma mulher esclarecida, de classe média. Imagine como deve ser quando a mulher é menos favorecida do ponto de vista econômico e da informação.

**Qual sua avaliação sobre o Centro de Referência de Atendimento à Mulher?**

A estrutura está bem deficiente. Hoje, o centro é admi-

nistrado pelo estado e a prefeitura garante o atendimento psicossocial. Sabemos que há demanda, por isso queremos criar mais centros, sob a administração do município.

**E quantos centros seriam? De onde viriam esses recursos?**

Seriam dois, e já há sinalização do governo federal quanto a isso. Depende do envio de projetos da nossa parte. Seria um na Região Sul, que é onde se concentra a maioria dos registros de casos violentos, e outro na Região Norte.

**E quanto às casas-abrigo? Hoje, muitas mulheres têm de fugir para se esconder dos maridos, enquanto a lei garante que sejam protegidas nesses locais.**

Os editais para o envio de projetos abrem no dia 1.º de março, e eu pretendo registrar um projeto em relação a uma casa-abrigo e aos dois centros, além de outros dois, um que trate da capacitação de pessoal e outro que crie uma ouvidoria municipal, que eu pretendo criar em parceria com as universidades, que têm experiência na área de coleta de dados. A SPM me colocou que serão liberados em torno de R\$ 300 mil para cada projeto.

**Como você lida com o machismo que ainda existe nos partidos, mesmo os de esquerda? Como convencer os colegas secretários sobre a importância da secretaria?**

Já conversei com outras secretarias e mostrei que ela será uma articuladora dos programas que se dirigem à

mulher. A secretaria não pode ser vista como uma ameaça, mas como uma parceira em relação aos programas que são voltados às curitibanas e que não estão tendo resultado.

**Qual é o orçamento para a secretaria? Criar uma secretaria já simboliza algo, mas não pode ficar só no papel.**

O orçamento é zero. Eu tenho tentado deixar claro que a secretaria foi criada por decreto e que é necessário mandar um projeto de lei à Câmara de Vereadores para que ela passe a fazer parte da estrutura da prefeitura e tenha maior segurança, já que decreto pode mudar, mas com uma lei é mais difícil.

**Onde a secretaria vai funcionar? E quais as áreas prioritárias de atuação?**

A princípio, a sede funcionará no Palácio Garibaldi, ali no Largo da Ordem. Isso é o que foi acordado com a Secretaria de Governo, à qual ainda estamos vinculados. Haverá quatro coordenações temáticas: Enfrentamento da Violência, Saúde e Educação, uma que trate da questão da mulher e o mundo do trabalho, além de uma coordenadoria de elaboração de projetos para fazer o diálogo com a SPM.

**Qual sua posição em relação ao aborto?**

Este é um tema polêmico e mesmo dentro do PT nunca houve e não haverá consenso. Eu sou a favor da descriminalização para todos os casos. É uma questão de saúde, de cuidado com o corpo da mulher. Por um lado, eu diria que sou contra o aborto, pessoalmente não faria. Mas entendendo e respeitando o contexto de cada mulher, eu acredito que isso tem de ser tratado como uma questão de saúde, não pelo enfoque religioso.

15 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

» CARTA EDITORIAL

## Um direito mais feminino

*Kamila Mendes Martins  
Jornalista.  
Editora do caderno  
Justiça & Direito*

**Q**uem vai aos fóruns e tribunais vê hoje mulheres por todos os lados, cena muito diferente de um passado não tão distante. Desde que a primeira mulher atuou como defensora já se vão 114 anos. Myrthes Gomes de Campos foi notícia na imprensa carioca em 1899 por defender um acusado no Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. Esse cenário não mudou até a década de 60, quando as mulheres não representavam mais do que 2,3% dos juristas em atuação no país.

Atualmente elas ainda são minoria, representam 30% dos operadores do Direito, segundo estatísticas do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais, mas aos poucos vão ganhando espaço. Na advocacia elas são responsáveis por 45% dos registros na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na magistratura, são 31% dos juízes brasileiros. A matéria de capa desta semana conta um pouco das histórias de mulheres de sucesso nas áreas jurídicas em que atuam, que tiveram de se esforçar para se destacar entre os homens. Entre as histórias está a da advogada e professora de Direito Penal Priscilla Placha Sá, que chegou a ser confundida em delegacias com a vítima mais de uma vez.

Já o entrevistado desta semana é o relator geral da

comissão do novo Código de Processo Penal, Eugênio Pacelli. O jurista defende menos incriminação e mais soluções sem que se recorra ao Direito Penal. Pacelli, com seu jeito despojado, prefere usar calça jeans e blazer no lugar de terno e não abandona sua pulseirinha de couro da época em que foi hippie, segundo ele, para não esquecer o passado.

Além disso, trazemos nesta semana quatro artigos. Em um deles os advogados Andrea Secco e Gustavo Henrique de Faria tratam da responsabilidade das empresas que disponibilizam sites comparativos de preços.

Bom leitura!

## Mulheres no Direito

Desde 1899, quando uma brasileira atuou pela primeira vez no Tribunal do Júri do Rio para defender um homem acusado de agredir outro com uma navalha, já vão 114 anos. Nesse período, elas passaram a integrar as carreiras da magistratura e do Ministério Público e, hoje, representam um terço dos operadores do Direito no Brasil. Conheça a história de mulheres que se destacam nas áreas jurídicas em que atuam.

**CONTINUA**

15 FEV 2013

## GAZETA DO POVO

# A atuação feminina no mundo jurídico

Em um universo masculino, elas têm entrado aos poucos, ainda sofrem com alguns preconceitos, mas conseguem, com o trabalho que desempenham, ganhar mais

Vanessa Fogaça Prateano

espaço a cada dia

**D**o zero a quase um terço dos profissionais atuantes em 114 anos. Esse é o balanço que se faz da trajetória feminina no mundo do Direito desde que, pela primeira vez, uma mulher estreou em um tribunal no Brasil. Era o ano de 1899 quando Myrthes Gomes de Campos causou sensação na imprensa e na sociedade carioca por defender no Tribunal do Júri um homem acusado de agredir outro com golpes de navalha. Desde então, a participação das mulheres como operadoras do Direito passou de 0% durante a primeira década do século 20 para 2,3%, nos anos de 1960, e 11%, nos anos 90, chegando a 30%, no fim da primeira década deste século, de acordo com estatísticas do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais.

Nos escritórios, as mulheres tinham trânsito mais livre do que nas repartições públicas. Em 1902, Maria Augusta Saraiva se tornou a primeira mulher a se formar bacharel em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, tendo trabalhado em várias causas na área criminal. Ainda hoje, é a advocacia o espaço em que o número de mulheres atuantes

mais se aproxima do de homens: elas representam 44,8% dos advogados ativos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2012.

Nos concursos públicos, porém, as conquistas não vieram tão a galope. Foram necessários 55 anos, desde a estreia de Myrthes, para que uma juíza fosse empossada no Brasil. O feito coube à magistrada de Santa Catarina Thereza Grisólia Tang, em 1954. Após o fato, outros 46 anos se passaram até que uma mulher, Ellen Gracie, fosse admitida no Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte do país. Na magistratura, elas são 31% do total. No Ministério Público, o pioneirismo foi de Amélia Duarte, que passou em um concurso da instituição em 1936.

### Questões íntimas

A trajetória da primeira desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias, ilustra bem a dificuldade enfrentada pelas mulheres que quisessem ingressar na magistratura. “Eu sempre tive o sonho de ser juíza, mas na faculdade os colegas me ridicularizavam, era como se eu dissesse que queria ser astronauta”, lembra ela, que se formou em 1971.

Em 1973, quando se inscreveu para o concurso de juíza, as inscrições femininas eram rejeitadas pelo TJ-RS.

A gaúcha então foi à imprensa e denunciou a discriminação. O tribunal julgou a questão e houve empate, tendo o presidente do órgão desempatado em favor das candidatas. Porém, como as provas eram identificadas, elas exigiram que o nome fosse retirado dos documentos. De 400 inscritos, 60 eram mulheres, e apenas quatro passaram. “Na entrevista final, um desembargador me perguntou se eu era virgem, e me disse que não poderia andar de saia curta nem namorar oficial de justiça.”

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

**CONTINUAÇÃO**  
**Uma mulher na**

**penitenciária**

**A** amante de romances policiais na adolescência, a advogada e professora da Faculdade de Direito da UFPR e da PUCPR Priscilla Placha Sá sempre acalentou o sonho de trabalhar numa das áreas mais masculinas e carregada de dramas dentro do Direito. Apesar da paixão e da dedicação pelo Direito Penal, sempre era colocada à prova. “Ouvi de várias pessoas que haviam gostado da minha atuação, mas que não me contratariam por ser mulher. As pessoas querem alguém que fale alto, batam na mesa, e acham que uma mulher não conseguiria se impor”, diz.

Nas delegacias, era comum que lhe perguntassem se era a vítima. “Os clientes também me perguntavam: ‘mas, se eu for preso, como uma mulher vai me visitar na penitenciária? Se precisar sair para atender de madrugada, seu marido vai deixar?’”. Em 2012 ela se tornou a primeira mulher a emprestar seu nome a uma turma no curso de Direito da UFPR. “Fiquei orgulhosa, mas sei que isso se deve a todo um trabalho feito pelas professoras que me antecederam. Devolvo esta homenagem a elas.”

No início da carreira, a advogada e presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-PR entre 2010 e 2012, Sandra Lia Bazzo Barwinski, costumava ser confundida com uma estagiária, ouvindo “você é do escritório de qual advogado?”. “Descobri que existe um sistema de segregação de gênero, que nem sempre é declarado, porém é perverso. Encontrei então uma causa maior para a qual tenho me dedicado nos últimos anos. A minha modesta advocacia tomou novos rumos e novas proporções”, diz Sandra, que se especializou em causas ligadas à mulher.

**15 FEV 2013**

**CONTINUA**



# GAZETA DO POVO

PRESEÇA

CONTINUAÇÃO

15 FEV 2013

## Onde está o juiz?

Mesmo quem entrou para a magistratura mais recentemente também presenciou situações em que ser uma mulher com título de juiz causava estranhamento e comentários, como lembra a magistrada Luciane Bortoleto, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba. Ao se submeter à banca do concurso que pres- tou para juíza em 1998, ouviu um dos avaliadores comen- tar que uma candidata casa- da e com filhos não poderia dar conta do trabalho. "Então eu disse que certamente ela deveria ter babá e já deveria ter resolvido a situação com o marido. Acho que ajudou, pois

ela foi aprovada, e hoje somos grandes amigas."

Em outra ocasião, Luciane coordenou a primeira elei- ção com urna eletrônica de um município. Era a única au- toridade mulher ao lado de um delegado e dois promoto- res. Então um cidadão lhe dis- se: "Ainda bem que há um pro- motor homem aqui". Também era comum que cidadãos, e até vendedores de livros jurídicos, chegassem à sua sala e pedis- sem para falar com o juiz. Ao dizer que era a juíza, muitos es- tranhavam.

A desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná Rosana Fachin, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do ór-

gão, lembra que, quando atu- ava como advogada, era co- mum que os clientes pedissem pelos profissionais homens do escritório. "Na época, a pró- pria Ordem, todo o conselho e a diretoria não possuíam mu- lheres, a gente se ressentia um pouco, se sentia em segundo plano."

Hoje, após três mulheres já terem chegado ao STF, Rosana diz que é preciso avançar mais. "A presença da mulher é mui- to importante; ela já se mostra bastante presente no primeiro grau, mas no segundo grau nós não temos essa paridade – no STJ não são tantas e nos tribu- nais estaduais também não", diz. No TJ-PR, por exemplo, dos 116 desembargadores, 19 são mulheres.

## "A presença da mulher já se mostra bastante presente no primeiro grau, mas no segundo grau nós não temos essa paridade."

Rosana Fachin, desembargadora do TJ-PR.

## AS DESBRAVADORAS

### Judiciário de saias – ou de calça

Em 2007, a ministra do Supremo Tribunal Federal Carmem Lúcia causou fris- son no plenário e na imprensa por ter sido a primeira mulher a usar calças durante uma audi- ência. Durante um julgamento relativo à Lei Maria da Penha, ela alegou ter sofrido discrimi- nação de gênero, quando al- guém comentou, sem saber quem ela era, que o STF não era lugar para uma mulher.

### Apenas mulheres

Em fevereiro de 2012, o julga-

mento de Lindemberg Alves, que matou a ex-namorada Eloá Pimentel, chamou a aten- ção do país pelo fato de ter contado com três mulheres em posições-chave: a juíza Milena Dias, a promotora Daniela Hashimoto e a advogada de defesa Ana Lúcia Assad.

### Nome de turma

Em 2012, a professora de Direito Penal da UFPR Priscilla Placha Sá se tornou a primeira mulher a dar nome a uma tur- ma do curso de Direito da ins- tituição, que completou 100 anos no ano passado. Dos 76

professores da graduação, 19 são mulheres. O curso teve sua primeira professora em 1980.

### Altos cargos

A primeira ministra do STF foi Ellen Gracie Northfleet, em- possada em 2000 e já apo- sentada. Hoje, dos 11 minis- tros, duas são mulheres – a mineira Carmem Lúcia e a gaúcha Rosa Weber. Já no Ministério Público Federal, a primeira Procuradora-Geral da República foi Deborah Duprat, que assumiu o órgão interina- mente durante uma transição, por 22 dias, em 2009.

15 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## A delação premiada tardia

### ARTIGO

**GUILHERME SAN JUAN ARAUJO**, advogado criminalista, é mestre em Direito Processual Penal.

O instituto da delação premiada floresceu como forma de combate às organizações criminosas e é utilizado pela sociedade contemporânea em legislações ao redor do mundo. Não se trata, no entanto, de uma novidade. Já era tratado na clássica obra do Marquês de Beccaria, "Dos Delitos e Das Penas", que inspirou o iluminismo, datada de 1764, quando tratou das acusações secretas, segundo sua crítica, dura, por sinal: "As acusações secretas são um abuso manifesto, mas consagrado e tornado necessário em vários governos, pela fraqueza de sua constituição. Tal uso torna os homens falsos e pérfidos. Aquele que suspeita que é um delator o seu concidadão, vê nele logo um inimigo. Costumam, então, mascarar-se os próprios sentimentos; e o hábito de ocultá-los a outrem faz que cedo sejam dissimulados a si mesmo".

No Brasil, o instituto do réu colaborador foi instituído pelas Ordenações Filipinas que, ao serem revogadas pelo Código do Império, não trouxeram nova previsão a respeito. Mais tarde, o instituto volta a ser prestigiado com o advento das leis de crimes contra o sistema financeiro nacional, de crimes hediondos, de crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, de repressão às ações pratica-

das por organizações criminosas, de lavagem de dinheiro, de drogas e de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

Muito em voga em tempos de combate à criminalidade organizada, a delação premiada consiste na confissão de um acusado que, ao ser interrogado em juízo ou ouvido na polícia, admite a prática delituosa e atribui a um terceiro a participação como seu comparsa.

Todas as leis pátrias que tratam do tema possuem uma redação muito semelhante e buscam beneficiar o réu colaborador com a redução da pena de um a dois terços, além do perdão judicial, consoante a primariedade do delator, desde que sua confissão espontânea ou voluntária auxilie na elucidação do crime, localização da vítima e identificação de outros agentes infratores, além da identificação e localização dos bens e valores provenientes do crime, conforme o caso concreto. Além disso, não nos afastemos da questão ética envolvida, pois a delação premiada é vista por parte da doutrina como corruptora dos costumes, já que se finda na incriminação de outrem para auferir vantagem para o delator e com isso desviar-se das punições e é nesse contexto que se traz para tempos modernos a crítica feita por Beccaria já no século 18.

Mas o ponto fulcral da questão ora tratada repousa no fato de que, para se beneficiar dos efeitos da delação premiada, e, portanto, para ela ter va-

lidade, a confissão deve ser espontânea e não mediante qualquer tipo de coação física ou moral. Inclusive, não é crível que o agente criminoso busque a redução da pena já imposta, lastreada numa delação premiada a posteriori.

Não podemos deixar de lado que a legislação não trata do momento processual adequado para que seja firmado o acordo de delação premiada, cujos efeitos se operam apenas em sentença judicial, mas nos parece razoável supor que o momento adequado seria antes da aplicação da pena. Caso contrário, estaria viciada pela coação moral e física do delator — o que se extrai da própria conceituação do instituto.

Em sendo assim, não é possível que o réu se beneficie de uma circunstância legal para amenizar sua pena se houver agido sem qualquer espontaneidade, apenas para locupletar-se de algum benefício legal, como observa Guilherme de Souza Nucci, opinião da qual partilhamos.

**CONTINUA**

15 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

A nosso ver, estaríamos diante de uma "chantagem" premiada, de um acordo escuso e espúrio, o que certamente não foi a intenção do legislador tutelar e, tampouco, deve ser defendido pelo Poder Judiciário. Por óbvio que nesse caso não existe nenhum critério de espontaneidade e arrependimento na conduta do agente criminoso, mas sim de manifesta intenção de se ver mais uma vez beneficiado, pela presente coação física e moral suportada com a aplicação da pena, muitas vezes, acima dos 40 anos de prisão.

Não nos olvidemos do malfadado, quicá comum, emprego da falsa delação, até porque, como bem observa Antonio Scarance Fernandes (Crime Organizado – Aspectos Processuais. RT. Fls. 20), o autor, nestes casos, não presta compromisso de dizer a verdade como ocorre com as testemunhas, justamente por se tratar de um dos acusados e, por isso, não comete falso testemunho. Certamente tais condutas devem ser combatidas com rigor pelo Estado.

Ademais, imperioso afirmar que quem acusa é responsável pelo que alega, sendo imprescindível que possua provas das acusações que faz, sem as quais deve ser responsabilizado pela prática de crimes contra a honra e até o crime de denunciação caluniosa, sem prejuízo de outras medidas que a vítima das acusações possa tomar no aspecto indenizatório.

**Imperioso afirmar que quem acusa é responsável pelo que alega, sendo imprescindível que possua provas das acusações que faz, sem as quais deve ser responsabilizado pela prática de crimes contra a honra e até o crime de denunciação caluniosa**

**A delação premiada é vista por parte da doutrina como corruptora dos costumes, já que se finda na incriminação de outrem para auferir vantagem para o delator e com isso desviar-se das punições**

**Muito em voga em tempos de combate à criminalidade organizada, a delação premiada consiste na confissão de um acusado que, ao ser interrogado em juízo ou ouvido na polícia, admite a prática delituosa e atribui a um terceiro a participação como seu comparsa**

15 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## Projeto do CPP tem menos resistência do que se pensa

### ENTREVISTA

**EUGÊNIO PACELLI,**  
relator geral da comissão  
do novo Código de  
Processo Penal

**A** pulseira de couro, usada com uma indumentária mais séria, ajuda Eugênio Pacelli a se lembrar do hippie que foi um dia e a não se deslumbrar com o mundo dos juristas. Ele faz questão de se lembrar da trajetória que o levou a chegar ao que é hoje. Ao mesmo tempo em que considera o ambiente do direito bastante chato pelas formalidades, também enfatiza a relevância dessa área para a vida de todas as pessoas. Doutor em Ciências Criminais, Pacelli foi relator da comissão de juristas que elaborou o projeto do novo Código de Processo Penal e defende menos incriminação e mais soluções sem que se recorra ao Direito Penal. Atualmente, é procurador-regional da República no Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, em Brasília. Ele conversou com a reportagem da *Gazeta do Povo* quando esteve em Curitiba para participar de um curso na pós-graduação do UniCuritiba, realizado em novembro passado.

**Quais as principais mudanças que o novo Código de Processo Penal traz?**

O problema da legislação brasileira de um modo geral é que as legislações que cuidam do direito sancionatório, punitivo, de modo especial direito penal e processo

penal, receberam uma modificação muito grande com a Constituição de 1988. Então, os tribunais e as pessoas envolvidas no direito tiveram que adaptar uma legislação antiga, com modificações mais recentes, mas, ainda assim, muito antiga, às estruturas constitucionais de 1988, que são completamente diferentes. Para você ter uma ideia, o Código de Processo Penal de 1941 partia da presunção de culpa, de tal modo que alguém, quando era preso em flagrante, continuaria preso até a data da sentença. É a afirmação da não inocência como ponto de partida, a Constituição afirma o inverso. O projeto do novo código teve como primeira preocupação estruturá-lo nas linhas que determinam essas modificações na Constituição. Isso já é um ganho muito grande, porque dá uma unidade quando sistematiza essa matéria já com estrutura constitucional e facilita a aplicação do direito. Então, obtém celeridade nos procedimentos, e isso foi o que nos moveu de modo mais essencial.

#### **Qual o objetivo das restrições à prisão preventiva propostas no projeto?**

Na verdade, não são restrições. O nosso projeto trabalha com a Lei 12.403/2011, que já está em vigor, mas um pouco mais amplamente, mais profundamente. O que houve foi uma redução da aplicação da prisão preventiva, mas apenas para os casos em que, ao final do processo, se julgada procedente a ação, não

se chegaria à imposição de pena privativa. Haveria um contrassenso em se prender alguém que, ao final do processo, não recebe pena de cadeia. Então, essa proporcionalidade, essa medida aritmética da pena foi com base no Código Penal em relação às disposições que prevêm a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito. Daí o patamar de quatro anos, que é usado para regime aberto e também para substituição de pena privativa da liberdade.

#### **As mudanças que possam vir a ocorrer no Código Penal vão influenciar no projeto do CPP?**

O projeto do Código Penal é um projeto que precisa ser muito mais bem discutido, a matéria abordada [pela comissão] é uma matéria imensa, eles não só trabalharam a parte geral, mas também prepararam a parte especial. Então, acho que não tiveram tempo para refletir com a maturidade que seria necessária. Uma matéria dessa complexidade tinha de ter sido discutida muito mais amplamente na sociedade civil. Mas, de todo modo, o projeto do novo Código Penal não tem confronto com o projeto do Código de Processo Penal.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### O senhor acha que há resistência no âmbito do Congresso Nacional para aprovar o novo CPP?

Há resistência com quaisquer novos códigos. Não tem jeito. Pessoas da própria academia que não veem contempladas suas pretensões teóricas também se insurgem contra. O Brasil é meio autofágico nesse sentido, pessoas que não foram contempladas tendem a, de algum modo, se posicionar negativamente. O que estão fazendo em relação ao projeto do Código Penal já é algo que transcendeu a fronteira do texto para atingir as pessoas. Há resistências porque todo tipo de matéria penal envolve diversas questões muito sensíveis. Falar de prisões, de crimes, envolver sensibilidades institucionais vai desagradar à polícia, ao Ministério Público, à magistratura, dependendo de como se regular a intervenção e o papel deles. É matéria difícil e complexa mesmo. Mas eu acho que o projeto do Código de Processo Penal não tem a resistência que se alardeia. Acho que tem menos resistência do que se pensa.

### Qual a sua perspectiva para aprovação do projeto?

Aí mudamos o tom da resposta porque, com ou sem resistência, será demorada. Eu não tenho a menor dúvida de que, se alguém tiver uma esperança, é para cinco anos. Até que essa coisa amadureça e todos debatam exaustivamente todos os pontos.

### O senhor pesquisa o direito penal e o processo penal sob a perspectiva da proteção estatal dos direitos fundamentais. Quais são suas principais conclusões?

Estamos falando da superioridade normativa da Constituição. Então, se a gente aceita a Constituição como ordem que nos governa, que nos orienta, a gente quer levá-la a sério em todos os setores. Um dos setores em que a Constituição vem sofrendo ataques muitos específicos é a parte da tutela penal. Ou seja, a Constituição oferece uma série de garantias individuais, como convém a todo Estado de Direito, mas também escolhe determinados bens, interesses jurídicos que julga relevantes para serem objetos de proteção penal. E essa tutela constitucional penal é que está em busca de uma legitimação. A sociedade brasileira ainda enxerga no direito penal um instrumento de justiça, de vingança e violência necessária. Mas fora desse contexto, ainda temos um grande conflito, sobretudo nos meios acadêmicos. Há uma resistência à eficácia do direito penal. Agora, por exemplo, em um julgamento envolvendo pessoas da classe política a gente percebe uma preocupação exacerbada em alguns setores como se elas estabelecessem precedentes de um Estado de polícia.

### O senhor fala do caso do mensalão?

É você quem está falando. Eu estou só me referindo em tese. [risos]

### Então, pela sua leitura, os direitos constitucionais ainda não são plenamente respeitados?

O que eu quero dizer é o seguinte: há previsão constitu-

cional de proteção penal de determinados bens e interesses, e isso precisa ser levado a sério. O que significa dizer que nós não precisamos de tanta incriminação. Podemos diminuir bastante o campo de tipos penais, até para tornar mais ágil a justiça penal, estabelecer métodos de reparação de danos sem o sistema penal, que é totalmente violento.

### Além da sua pesquisa acadêmica e da atuação no direito, o que o senhor destaca da sua trajetória pessoal?

Isso aqui [mostra a pulseira de couro] é reflexo do meu passado, eu sou ex-hippie. Mas, assim, hippie no sentido mais intelectual da coisa, associado a leituras de política, sociologia e filosofia. Não era simplesmente vender pulseirinha na rua e protestar contra a guerra do Vietnã.

### E a pulseirinha fica até hoje...

Fica como lembrança... No fundo a gente acaba levando o que a gente foi para o resto da vida. Algumas mudanças vão sendo feitas, eu uso jeans [aponta para calça jeans escura que usa com paletó e gravata]. Eu acho que esse ambiente do direito é muito chato, as pessoas sempre de gravata, terno, o direito se tornou um ambiente muito careta, muito chato. É preciso mudar, oxigenar a turma. [A pulseira] é para eu não ficar muito bobo, muito abobado. Porque direito é assim mesmo, lidar com poder, com política. E infeliz da pessoa que não está inserida na importância do direito para vida de todo mundo. O direito é muito interessante, mas ele também precisa parar com esse autismo cultural dele, precisa aprender mais com outras áreas.

**CONTINUA**

15 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

**"Nós não precisamos de tanta incriminação. Podemos diminuir bastante o campo de tipos penais, até para tornar mais ágil a justiça penal, estabelecer métodos de reparação de danos sem o sistema penal, que é totalmente violento."**

**"Há resistências porque todo tipo de matéria penal envolve diversas questões muito sensíveis. Falar de prisões, de crimes, envolver sensibilidades institucionais vai desagradar à polícia, ao Ministério Público, à magistratura, dependendo de como se regular a intervenção e o papel deles."**

# GAZETA DO POVO

## Concurso Público

DIREITO PENAL (MPE-RR – 2012)

15 FEV 2013

**Cargo:** Promotor de justiça substituto

Em relação aos crimes contra a honra, assinale a opção correta com base no que dispõe a legislação de regência e no entendimento jurisprudencial.

- A) A causa de exclusão de crime abrange a calúnia, a difamação e a injúria irrogadas em juízo, na discussão da causa, pela parte ou seu procurador, incluindo-se órgão do MP.
- B) Havendo concurso de crimes e concurso de agentes, a retratação feita por um dos agentes, por ser circunstância de natureza pessoal, não aproveita aos demais, tampouco se admite retratação a alguns dos fatos imputados.
- C) A retratação nos crimes contra a honra, cujos efeitos se restringem à esfera criminal, pode ser feita por escrito ou oralmente, exigindo-se, entretanto, que seja completa, inequívoca e incondicional.
- D) Nos crimes contra a honra perpetrados contra pessoa maior de sessenta anos incidirá a agravante de um terço da pena, exceto no caso de injúria.
- E) Constitui crime de ação penal pública incondicionada a injúria praticada mediante a utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem.

### O "X" DA QUESTÃO

**DENIS PIGOZZI**, procurador da República desde 1998 e professor de Direito Penal no Complexo Jurídico Damásio de Jesus Bacharel. Mestre em Processo Penal pela PUC-SP, professor universitário desde 1999, leciona em cursos preparatórios, cursos livres, graduação e pós-graduação.

**A** alternativa "a" não está certa, conforme art. 142, inc. I, do Código Penal, uma vez que não constitui injúria ou difamação punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador. Como podemos observar a lei não fala no crime de calúnia.

Já a alternativa "b" encontra-se equivocada, tendo em vista que é possível a retratação nos crimes de calúnia e difamação, mas não no de injúria (vide art.

143 do Código Penal). No entanto, por ser a retratação circunstância subjetiva, não se estende aos outros querelados que não se retratarem.

A alternativa "c" está também errada, uma vez que a retratação nos crimes contra a honra apenas alcança a calúnia e difamação. Assim, não incide sobre o crime de injúria. Além disso, a retratação, a pouco referida, somente é cabível em tais delitos apurados por meio da ação penal privada, tendo em vista que o art. 143 do Código Penal reporta-se ao querelado. Outrossim, é importante ressaltar que a retratação é causa extintiva de punibilidade.

Por sua vez, a alternativa correta é a letra "d", consoante art. 141, inc. IV, do Código Penal. Aliás, além desse caso, a pena é aumentada em 1/3 se qualquer dos crimes contra honra é cometido contra o presidente da República ou contra chefe de governo estrangeiro. Também incide o aumento na hipótese em que tais delitos forem praticados contra fun-

cionário público, em razão de suas funções, ou na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria. Por fim, a pena é aplicada em dobro se qualquer dos crimes contra a honra é cometido mediante paga ou promessa de recompensa.

Por fim, a alternativa "e" está equivocada porque o crime de injúria qualificada do art. 140, 3º do Código Penal, será apurado por meio da ação penal pública condicionada à representação e não pela ação penal pública incondicionada, consoante art. 145, "caput", 2º. Parte do Código Penal, consoante alteração promovida pela lei 12.033/09. No entanto, na época em que o parágrafo 3º foi introduzido ao art. 140 do Código Penal, a injúria qualificada era apurada por meio da ação penal privada. Outro ponto a ser destacado é que a injúria qualificada não alcança elementos referentes a homofobia, sendo este caso apenas crime de injúria simples do art. 140 caput do Código Penal.

Gabário: D

# 15 FEV 2013

### TST

#### **FGTS de trabalhador afastado para tratamento de saúde é devido**

#### **EMENTA**

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PROCESSO ELETRÔNICO - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. PRESCRIÇÃO. DEPÓSITOS DO FGTS. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. Constatada contrariedade à Súmula 362 do TST, merece provimento o Agravo de Instrumento para determinar o processamento do Recurso de Revista.

II - RECURSO DE REVISTA. PROCESSO ELETRÔNICO - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL, NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Não se examina a preliminar de nulidade processual por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do disposto no art. 249, § 2º, do CPC c/c o art. 796, "a", da CLT, em face da possibilidade de julgamento

do mérito em favor da parte a quem aproveitaria a declaração de nulidade.

AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. DEPÓSITOS DO FGTS. A decisão regional contraria a Súmula 362 do TST, pois aplica-se a prescrição trintenária ao direito de reclamar contra o não-recolhimento da contribuição para o FGTS, desde que ajuizada a respectiva Reclamação Trabalhista dentro do biênio posterior à extinção do contrato de trabalho. Dessa forma, sendo incontroverso nos autos que o contrato de trabalho do Reclamante encontra-se suspenso em decorrência da concessão de aposentadoria por invalidez, merece reforma a decisão regional que pronunciou a prescrição da pretensão do Autor. Afastada a prescrição pronunciada, passa-se à análise da lide com fulcro no art. 515, § 3º, do CPC, por se tratar de questão exclusivamente de direito. Recurso de Revista conhecido e provido, para condenar a Reclamada ao pagamento dos depósitos do FGTS pleiteados na Inicial.

### U-DF

#### **Não há decadência para declaração de nulidade de negócio jurídico**

#### **EMENTA**

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO. DOAÇÃO. IGREJA. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. NEGÓCIO JURÍDICO NULO. IMPOSSIBILIDADE DE CONVALIDAÇÃO. ART. 169 DO CC. DOAÇÃO UNIVERSAL. ART. 548 DO CC. SUBSISTÊNCIA DO DOADOR. COMPROMETIMENTO. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO PARTICULAR. DOAÇÃO DE ALTO VALOR EM DINHEIRO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 541 DO CC. NULIDADE DECLARADA. SENTENÇA MANTIDA.

1 - Não há que se falar em decadência, se o pedido deduzido na Inicial é de declaração de nulidade de negócio jurídico, por violação ao art. 548 do Código

Civil, que consubstancia hipótese distinta da atinente à anulabilidade por ocorrência de vícios de consentimento e sociais, prevista nos incisos I e II do art. 178 do Código Civil. Tratando-se de negócio jurídico nulo, faz-se insuscetível de confirmação e convalidação pelo decurso do tempo, nos termos do art. 169 do mesmo diploma legal. Prejudicial de decadência rejeitada. 2 - Impõe-se a declaração de nulidade de ato de liberalidade praticado em confronto com o previsto no art. 548 do Código Civil, pois evidenciado não haver remanescido renda suficiente para a subsistência da doadora após a disposição do numerário doado. 3 - A forma escrita, mediante confecção de instrumento particular, para a realização de doação de dinheiro em valor elevado, faz-se essencial à validade do ato de liberalidade, conforme prevê o art. 541 do Código Civil. Apelação Cível desprovida.

### U-SP

#### **Concessionária de rodovia é responsável por danos causados por animal**

#### **EMENTA**

Responsabilidade civil. Indenização por acidente rodoviário. Animal na pista. Rodovia pedagiada. É objetiva a responsabilidade do operador de rodovia concedida, que por seu uso cobra pedágio, por danos decorrentes de acidente causado por obstáculo à livre circulação de veículo que nela trafega. Inteligência dos arts. 1º, § 2º, do CTB, 14 do CDC e 37, § 6º, da CF. Sentença confirmada. Recurso não provido.

### U-RS

#### **Vereador não pode ser designado pelo Executivo para integrar Comissão Municipal**

#### **EMENTA**

Ação de Inconstitucionalidade. Lei Municipal. Criação de comissão de trânsito do município de Charqueadas. Composição. Membros integrantes da Câmara de Vereadores. Atividade tipicamente administrativa. Violação ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes. Artigos 5º, 8º e 10, da Constituição Estadual, combinados com o artigo 2º da Constituição Federal. Inconstitucionalidade proclamada. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. Unânime.



15 FEV 2013  
METRO

# Associação pede R\$ 3 mi por morte na boate Kiss

**Reparação.** Entidade entra com ação civil pública pedindo indenização a famílias e feridos

## Ação judicial pede R\$ 3 milhões por vítima da boate Kiss

Pedido quer garantir também R\$ 300 mil para cada ferido no incêndio em Santa Maria

Com sede em São Paulo, a Anecol (Associação Nacional para Exigência do Cumprimento das Obrigações Legais) ajuizou ontem ação civil pública pedindo indenização de R\$ 3 milhões por morte e de R\$ 300 mil por ferido no incêndio da boate Kiss, no dia 27, em Santa Maria. A ação é dirigida à prefeitura, aos donos do estabelecimento e à banda Gurizada Fandangueira. No total, o montante ficaria em cerca de R\$ 750 milhões.

No caso dos 239 mortos, o valor seria repassado às famílias das vítimas. O advogado da Anecol, Walter Euler Martins, explicou que a ação, ajuizada na 1ª Vara da Fazenda Pública de Santa Maria, propõe a criação de uma conta ou fundo para concentrar os valores das indenizações. A entidade não receberia nenhum valor pelo processo. "Nossa iniciativa independente de um contato com as famílias. Estamos fazendo por um dever social. Nenhum valor vai trazer de volta quem foi a óbito, mas considerando que a maioria tinha entre 18 e 30 anos, com expectativa de viver até os 80, os valores que propomos são adequados", afirmou.

### Bens bloqueados

Os sócios da boate Kiss, que estão presos, e as duas mulheres que aparecem como donas do estabelecimento na razão social – mãe e irmã do sócio Kiko Spohr – tiveram os bens bloqueados pela Justiça. Mauro Hoffmann, o outro sócio, teve uma conta com R\$ 500 mil, além de cinco imóveis em seu nome, bloqueados. A Justiça ainda trabalha tentando localizar contas e mais bens dos envolvidos. Ontem, o Tribunal de Justiça voltou a negar pedidos de habeas corpus impetrados pelas defesas de Mauro Hoffmann e de Marcelo de Jesus dos Santos, vocalista da banda.

### Saque irregular

A Polícia Civil investiga o saque do FGTS de uma das vítimas da boate Kiss três dias após o incêndio. O pai de uma das vítimas procurou a delegacia de Santa Maria nesta semana alertando para o saque de R\$ 500 da conta da filha que morreu na tragédia.

15 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

**tribuninha**

**Equiparação**

A primeira medida do novo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Clayton Camargo, foi aumentar em 29% o valor do auxílio-alimentação, que passou de R\$ 550 para R\$ 710. A justificativa foi equiparar o benefício ao recebido por juízes e desembargadores.

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**LEGÍTIMO INTERESSE**

**15 FEV 2013**

# STF inclui Paraguai em ação contra usina de Itaipu

**República do Paraguai já foi admitida como  
assistente simples de Itaipu Binacional**

O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio admitiu o ingresso da República do Paraguai na Ação contra a Itaipu Binacional e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por supostos danos ambientais causados pela usina. Ele ainda determinou a intimação do procurador do Paraguai em relação a todos os atos processuais da ação.

O despacho do ministro atende a um pedido do governo paraguaio, que alegou ter legítimo interesse em atuar no processo de autoria do Ministério Público Federal contra a Itaipu Binacional e o Ibama. Nesse sentido, destacou decisão do STF na Reclamação 2.937, em que o Plenário reconheceu a competência do tribunal para processar e julgar, originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União (artigo 102, inciso I, letra "e", da Constituição Federal).

Em sua decisão, o ministro lembrou que a República do Paraguai

já foi admitida como assistente simples de Itaipu Binacional pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Umuarama – Seção Judiciária do Paraná, conforme prevê o artigo 50 do Código de Processo Civil. Destacou ainda que a União já havia pedido para ser admitida no processo também como assistente simples, o que foi deferido em maio de 2012.

**15 FEV 2013**

**TRIBUNA DO PARANÁ**

## **Carli Filho**

O Superior Tribunal de Justiça manteve júri popular para o ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho para 26 de março, mas deve dar novo parecer na quinta-feira da semana que vem. Carli Filho é acusado de duplo homicídio doloso eventual, pela morte em acidente de trânsito, ocorrido em maio de 2009, de Gilmar Rafael Souza Yared e Carlos Murilo de Souza.

15 FEV 2013

# JORNAL DO ESTADO

## Linha sucessória

O deputado federal paranaense André Vargas (PT) vive uma semana “de glória”. Até domingo ele atende como presidente interino da Câmara Federal, ou seja, como o segundo na linha sucessória presidencial. Isso por conta da viagem ao exterior do deputado federal Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN). Vargas foi eleito vice-presidente da Câmara na chapa de Alves.

## Tribunais

O petista se reuniu ontem com os também paranaenses Félix Fischer, presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), e o ministro Sérgio Luiz Kukina, para discutir a criação de novos tribunais regionais federais em mais quatro estados: Amazonas, Bahia, Minas Gerais e Paraná. Segundo Vargas, o objetivo é garantir maior acesso à Justiça, rapidez nos processos que seriam distribuídos em mais regiões. Hoje são cinco regiões no País que contam com o tribunal. Fischer disse que este assunto já está sendo discutido e que é uma preocupação do Tribunal. Informou também que a criação dos novos tribunais precisa ser aprovado no Conselho de Justiça Federal e depois do pleno do STJ.

## Nepotismo

O prefeito de Almirante Tamandaré, Aldinei Siqueira (PSD), nomeou sete parentes para o primeiro escalão da administração municipal. Além da mulher, Ângela Siqueira, secretária de Ação Social, a lista inclui o pai do prefeito, Reimundo Prestes Siqueira, o irmão, secretário de Obras; o irmão, Eduardo Siqueira, secretário do Trabalho; o primo Leonel Siqueira, secretário de Governo; o primo, Dirceu Machado, presidente do Instituto de Previdência do Município; o primo Marcos de Souza, secretário Chefe de Gabinete; o cunhado Jorge Gzrizbowski, secretário do Detran Municipal.

## Exceção

Segundo a rádio Banda B, o Ministério Público Estadual informou que está investigando o caso. Em nota oficial, o prefeito alegou que “a conduta adotada nas nomeações obedece estritamente o estabelecido na legislação”, citando a Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal. A súmula, baixada pelo STF em 2008, proibiu agentes públicos de contratarem parentes em até terceiro grau para cargos comissionados. A exceção são os cargos de primeiro escalão, o que inclui secretários municipais.

15 FEV 2013

## FOLHA DE S. PAULO

# Delação contestada

Ainda controverso, o instituto da delação premiada — pelo qual um criminoso pode obter redução de pena se denunciar comparsas — teve em 2012 um de seus anos de maior repercussão na opinião pública desde que foi adotado no país, na década de 1990.

A ferramenta chegou a ser cogitada em casos célebres como os de Marcos Valério de Souza, operador do mensalão, e Paulo Vieira, apontado pela Polícia Federal como líder de tráfico de pareceres no governo federal. No de Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão, ex-aliado do goleiro Bruno, foi de fato empregada.

É surpreendente que até hoje o mecanismo não tenha sido devidamente regulamentado — tanto mais por se tratar de instrumento polêmico, criticado por boa parte dos advogados criminalistas.

Os questionamentos à delação premiada são sobretudo de ordem moral. Argumenta-se que o Estado não deveria estimular a deslealdade, oferecendo recompensa a um criminoso e, ainda mais, traidor.

Entende-se a repulsa que tal comportamento pérfido ocasiona na maior parte das pessoas, mas ao Estado cabe privilegiar o combate ao crime organizado, não a ética entre delinquentes.

Não são poucos os exemplos de

grandes redes criminosas que só foram desbaratadas graças à delação premiada. Para não ficar em experiências internacionais — como a luta contra a Máfia, nos anos 1980, na Itália —, relembre-se o mensalão do DEM, esquema de corrupção que envolveu o ex-governador José Roberto Arruda (DF) após delação pelo ex-secretário Durval Barbosa.

Trata-se, sem dúvida, de dispositivo útil demais para ser descartado. Mas, justamente para preservar seu valor e assegurar que seu uso resulte em benefícios para a sociedade, é preciso haver regras claras sobre as circunstâncias em que o réu poderá lançar mão da delação premiada.

Torna-se fundamental que o Congresso aprove uma lei sobre o tema, para reunir em uma peça única as normas hoje dispersas em diplomas pouco conexos.

Questões procedimentais precisam ser resolvidas, como a proporção entre a colaboração e o benefício obtido, o momento em que a delação pode ser usada pelo réu e a obrigatoriedade de expor seu conteúdo no processo.

Além disso, é preciso garantir que as delações sejam sempre submetidas a contraditório, e as informações, oferecidas de maneira voluntária. Não pode haver espaço para nenhum tipo de abuso.

15 FEV 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## Justiça de SP condena veterinária a indenizar donos de poodle morto

Fred, 5, morreu após tratamento em clínica no interior; ainda cabe recurso

### Justiça de SP condena veterinária por erro

A Justiça de São Paulo condenou uma veterinária a indenizar em R\$ 11 mil os donos de um poodle que morreu após ser submetido a uma retirada de tártaros, em 2011. Ela, que vai recorrer, foi considerada negligente por não ter pedido exames de hemograma antes de dar a anestesia geral.

A Justiça de São Paulo condenou uma veterinária a indenizar em R\$ 11 mil os donos de um poodle de cinco anos que morreu após ser submetido a uma tartarectomia (retirada de tártaros).

A morte do cão, chamado Fred, ocorreu em agosto de 2011, em Amparo (a 130 km de São Paulo). A decisão de primeira instância foi publicada no início deste mês.

A veterinária Kátia Pereira Michelini, 46, ainda pode recorrer da condenação, que a considerou negligente por não ter solicitado exames de hemograma no poodle antes de aplicar anestesia geral, necessária para a realização do procedimento.

Um laudo de necropsia apontou que “o cão morreu por síncope cardíaca associada a provável quadro de discrasia sanguínea” (alteração do sangue). O problema seria constatado se o hemograma tivesse sido feito, diz o laudo.

O advogado André Luiz Cunha, que é parente dos donos do poodle, disse que eles procuraram a Justiça “para evitar que outros cães e seus donos passem pelo mesmo sofrimento”.

**“ Foi uma fatalidade. Mas eu entendo o lado deles [donos do cão]**

KÁTIA PEREIRA MICHELINI, 46  
veterinária

**“ [Processamos] Para evitar que outros cães e seus donos passem pelo mesmo sofrimento**

ANDRÉ LUIZ CUNHA  
advogado

De acordo com o advogado, o dinheiro da indenização será usado para tratar de animais abandonados nas ruas de Amparo.

Dos R\$ 11 mil estabelecidos na sentença, R\$ 10 mil são por danos morais e R\$ 1.100 por danos materiais.

### OUTRO LADO

A veterinária disse à reportagem que vai recorrer da decisão, por considerá-la “injusta”. “Foi uma fatalidade. Mas eu entendo o lado deles [donos do cão]”, disse.

Ela afirmou que Fred não morreu em função do atendimento dela. Michelini enviou ontem à **Folha** outro laudo que diz não ser possível associar a morte à anestesia geral.

Michelini disse ainda que chegou a cobrar exames pré-operatórios na ocasião, mas aceitou dispensá-los porque os donos do poodle alegaram que não tinham tempo e aceitaram que o procedimento ocorresse assim mesmo.

A Clínica Veterinária Au Au Miau, onde aconteceu o procedimento médico, fica no centro de Amparo e atende cerca de 500 animais por mês, segundo a veterinária.

15 FEV 2013

## FOLHA DE S. PAULO

ODONTOLOGIA

### Decisão judicial adia eleições para a direção do conselho de São Paulo

**DE SÃO PAULO** - A eleição para a direção do Cosp (Conselho Regional de Odontologia de São Paulo), que deveria ocorrer hoje e amanhã, foi adiada por tempo indeterminado devido a uma decisão judicial.

Representando 100 mil profissionais da área no Estado —75 mil deles cirurgiões-dentistas—, o conselho fiscaliza o exercício profissional e supervisiona o estipulado pelo código de ética da odontologia.

Seis chapas entraram na disputa para eleger presidente, secretário e tesoureiro, com mandatos de dois anos, mas a comissão eleitoral impugnou duas delas, as 4 e 6, alegando inconformidade com o regimento (a chapa 5 apresenta-se como a da situação).

No último dia 7, porém, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região determinou a reinclusão da chapa 6 na eleição. Nova data será definida após reunião com as chapas em disputa, a ser convocada pela comissão eleitoral.

Para alguns membros de chapas, o pleito ocorrerá em março. Segundo fontes não oficiais, o Cosp tem um orçamento anual de R\$ 36 milhões.

15 FEV 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### Ex-ministro Fernando Lyra morre em SP, aos 74 anos

Pernambucano articulou candidatura de Tancredo em 1985 e foi vice de Brizola

O ex-ministro da Justiça Fernando Lyra morreu ontem aos 74 anos no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo, vítima da falência de múltiplos órgãos.

Lyra estava em coma. Ele foi transferido no dia 5 de janeiro para São Paulo após sete dias de internação no Hospital Português de Recife para tratar de uma infecção urinária, mas já sofria de insuficiência cardíaca há 20 anos.

Ele será enterrado em Recife. O vice-governador de Pernambuco, João Lyra, irmão do ex-ministro, declarou em nota: "Na vida pública, ele foi deputado e ministro da Justiça. Um guerreiro justo e incansável, sempre ao lado das causas democráticas e humanitárias". O governador decretou luto de três dias.

Natural de Recife, onde nasceu em 1938, Lyra formou-se em direito em Caruaru em 1964. Elegeu-se deputado estadual pelo MDB em 1966 e deputado federal em 1970. Reeleito sucessivamente, articulou a candidatura de Tancredo Neves à Presidência em 1985 e foi nomeado ministro da Justiça. Deixou o governo em 1986. Em 1989, foi candidato a vice de Leonel Brizola.

Voltou à Câmara em 1992 e ocupou uma cadeira até 1999. De 2003 a 2011, presidiu a Fundação Joaquim Nabuco.



Lyra no lançamento do livro 'Daquilo que eu sei', em 2009



15 FEV 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### As férias dos juízes

**A**o criar uma comissão para atualizar a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, retoma a agenda de medidas moralizadoras desenvolvida pela ex-corregedora nacional de Justiça ministra Eliana Calmon, hoje vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Por ter sido editada pela ditadura militar, em 1979, a Loman precisa ser adaptada às características do regime democrático. Ela está defasada em relação à Constituição Federal de 1988 e à Emenda Constitucional n.º 45, que introduziu a reforma do Judiciário.

A Lei Orgânica da Magistratura Nacional não previu, por exemplo, a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2005, para controlar administrativamente o funcionamento dos tribunais.

Coordenada pelo ministro Gilmar Mendes, a comissão criada por Barbosa terá 90 dias para concluir seu trabalho. O anteprojeto do novo Estatuto da Magistratura terá de ser aprovado pelo plenário e o presidente da Corte pretende enviá-lo ao Congresso ainda este ano. A última tentativa de reformar a Loman ocorreu em 2009. A resistência das associações de juízes foi tão grande que a proposta acabou sendo engavetada, apesar de em 2010 o ministro Cezar Peluso ter anunciado que a enviaria ao Le-

gislativo antes do término de seu mandato, que expirou em agosto de 2012. Por ter presidido o STF apenas alguns meses, e em meio ao julgamento do mensalão, o ministro Ayres Britto não teve tempo de tratar da matéria.

Muitos juízes resistem à reforma da Loman por receio de perder benefícios salariais e vantagens funcionais. Entre outros privilégios, como o auxílio-moradia e o chamado auxílio-paletó, os juízes – juntamente com os promotores e procuradores do Ministério Público – têm férias de 60 dias por ano. Por considerar essa vantagem abusiva, já que todos os demais trabalhadores brasileiros têm apenas 30 dias de férias, a ministra Eliana Calmon defendeu sua revogação, quando estava à frente da corregedoria do CNJ. Além do presidente do STF, a maioria dos ministros dos tribunais superiores tem a mesma posição.

Segundo eles, com as férias de 60 dias, somadas às folgas dos recessos de fim de ano e aos feriados nacionais, a magistratura tem mais de 90 dias de ócio – isso sem contar os fins de semana. E muitos juízes vendem parte de suas férias, invocando a necessidade de trabalhar para reduzir o número de processos em suas varas.

Para muitos ministros do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo, as férias anuais de 60 dias dos magistrados esbarram em quatro problemas. No plano substantivo,

essa vantagem é imoral. No plano jurídico, a regalia fere princípio jurídico da equidade funcional. No plano econômico, o privilégio da magistratura eleva as despesas de custeio do Poder Judiciário, sem aumentar a produtividade da instituição. E no plano administrativo, as férias de 60 dias dos juízes e procuradores atrasam a tramitação dos processos, atrapalhando negócios e retardando decisões de investimento da iniciativa privada. Os mesmos argumentos também são invocados pelo secretário de Reforma do Poder Judiciário, Flávio Caetano, sinalizando apoio do Executivo à iniciativa do ministro Joaquim Barbosa.

A proposta do presidente do STF, como era de esperar, já enfrenta resistências. As associações da magistratura e do Ministério Público alegam que a revogação das férias de 60 dias está sendo conduzida de forma “simplista”. Segundo elas, a pesada carga de trabalho das duas corporações justificaria o privilégio. Elas também afirmam que juízes e promotores não podem oferecer outras funções remuneradas, com exceção da docência, e que não recebem extras pelos plantões de fim de semana. Mas essas justificativas não convencem.

Como diz a ministra Eliana Calmon, o juiz é um profissional como outro qualquer. “Não podemos ter privilégios. Como pode um magistrado julgar os outros se ele tem uma vida diferente?”, indaga ela, com toda razão.

15 FEV 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

**Corrupção.** Esquema descoberto com Operação Lava Rápido da Polícia Federal consistia no desvio de processos fiscais e infrações a empresas, como revelou o 'Estado' ontem; servidoras envolvidas citaram, em depoimentos, omissão do Tribunal de Impostos e Taxas.

# Quadrilha que atuou em Fisco paulista diz à PF ter recebido 'agrados' de juízes

**Fausto Macedo**

Juízes do Tribunal de Impostos e Taxas (TIT) da Secretaria da Fazenda de São Paulo são citados em relatório da Operação Lava Rápido, da Polícia Federal – investigação sobre esquema de desvio de processos fiscais e autos de infrações a pessoas jurídicas, conforme revelou o Estado ontem. A menção aos juízes é feita por servidoras administrativas do Fisco estadual que foram corrompidas pelos mentores da trama – três empresários que encomendavam o sumiço dos procedimentos. Uma servidora indiciada pela PF afirmou que recebia dinheiro, “agrados”, de juízes.

O tribunal, composto de 16 Câmaras de Julgamento, é vinculado à Coordenadoria de Administração Tributária da Fazenda. De acordo com a Lei n.º 13.457/2009, os juízes que compõem o quadro do TIT podem ser representantes da Fazenda ou dos contribuintes. Os juízes servidores públicos são indicados pela Fazenda e pela Procuradoria-Geral do Estado. Os que representam contribuintes são indicados por entidades de diversos setores envolvidos com a tributação estadual.

A PF não imputa atos ilícitos aos juízes da Fazenda ou a outros funcionários do TIT e não os investigou. Mas anexou ao relatório final do inquérito os depoimentos que os mencionam.

Silvania Felipe, Denise Alves dos Santos, Maria Rodrigues dos Anjos e Cleiresmar Machado confessaram à Polícia Federal como faziam a retirada da documentação (leia texto abaixo). Elas ocupavam funções administrativas na pasta. Recebiam propinas em dinheiro vivo para atender às solicitações dos empresários Wagner Renato de Oliveira, Antonio Honorato Bérnago e Antonio Carlos Balbi.

Cleiresmar relatou à PF que trabalhava na Divisão de Apoio às Câmaras do TIT havia cerca de 11 anos. Seu salário era de R\$ 2,2 mil. Ela contou que certa vez retirou um processo com 72 volumes do Palácio Clóvis Ribeiro, sede da Fazenda, e pelo serviço recebeu R\$ 40 mil. Citou Hélio Hilário, chefe do setor. “Ao ser avisado do sumiço de processo, Hélio não se mostrava bravo ou preocupado com o fato, limitando-se a determinar a reconstituição”, declarou Cleiresmar.

Ao comentar sobre suposto descaço com os extravios de processos, ela citou o juiz Fábio Bertolucci, presidente da 1.ª Câmara de Julgamento do TIT. “Uma vez Luciana da Silva e Souza, diretora, comunicou Fábio Bertolucci sobre

o sumiço de processos. Ao ser avisado da necessidade de fazer um boletim de ocorrência na polícia, Fábio disse ‘pra deixar pra lá.’”

**Apuração.** Ela argumentou: “Não sei dizer se havia apuração administrativa para ver quem foi o responsável pela subtração.”

Cleiresmar diz ter recebido dinheiro de juízes. “Chegou a receber agrados, como pequenos valores em dinheiro do juiz Silvio, entre R\$ 200 e R\$ 300. Aceitava porque eram pequenos agrados e entende que não estava sendo comprada, apenas era um presente”, revelou ao depor. Ela contou ainda que “chegou a receber presentes de outros juízes, mas sempre entendia como um agrado sem outras finalidades”. “Ouviu dizer, por meio de seu chefe Hélio, sobre a existência de um esquema de distribuição direcionada de processos, com a participação da diretora Luciana, mas não sabe indicar quem coordena isso.”

**CONTINUA**

15 FEV 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

A mesma servidora afirmou saber “que o juiz Elcio Fiore recebe muitos processos distribuídos, sendo que na maioria dos processos ele constava que o processo estava sendo convertido em diligência ao invés de constar o resumo do resultado da decisão proferida (*ementa*), não sabendo exatamente o motivo”.

Maria Rodrigues disse que trabalhou na Fazenda desde 1990 e integrou a Divisão de Apoio às Câmaras do TIT nos últimos 10 anos. Contou que conhecia o esquema de corrupção, mas esquivou-se ao ser indagada sobre nomes. “Sabe que existe propina para distribuição direcionada de processos, mas não sabe indicar quem coordena. Sabe que existe um direcionamento de processo, mas não conhece quem manda fazer isso”, revela o depoimento. Maria declarou que “muitas pessoas vêm conversar reservadamente com Hélio Hilário, mas não sabe dizer que tipo de relação existe nessas conversas”.

### Juízes se calam; secretaria diz que recupera processos

● O Estado solicitou manifestação dos juízes citados pelas servidoras, mas eles não responderam aos contatos e questionamentos. A Secretaria da Fazenda informou que a Corregedoria da Fiscalização Tributária apura o caso. Medidas disciplinares cabíveis serão propostas ao final do procedimento. A secretaria, pela assessoria de comunicação, informou que a PF comunicou uma lista de 36 processos “considerados como passíveis de subtração no âmbito da investigação”. Desse, 29 estavam em andamento regular, 7 não foram localizados. Dos não localizados, 4 foram integralmente recuperados, 2 estão em fase final de reconstituição e um, que havia sido encaminhado à Procuradoria-Geral para inscrição na dívida ativa, está sendo verificado. Desde março de 2012, não se lavram mais autos de infração em papel. “Desvios de processos implicam em imediata reconstituição e não alteram o andamento na secretaria nem sua execução. As peças que integram os processos podem ser integralmente restauradas já que se encontram armazenadas nos sistemas informatizados.”

CONTINUA

15 FEV 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

# Servidoras escondiam os processos em mochilas no banheiro

Propina era paga às funcionárias em um salão de beleza no Centro; um dos 'sumiços' rendeu R\$ 40 mil a cada uma

Volumosos processos fiscais e autuações de infrações em valores milionários impostas a pessoas jurídicas eram retirados tranquilamente da Secretaria da Fazenda de São Paulo em mochilas e sacolas, revela a investigação da Polícia Federal. Os movimentos da quadrilha no Palácio Clóvis Ribeiro, sede da Fazenda, foram reconstituídos a partir da confissão de quatro alvos da Operação Lava Rápido.

Silvania Felipe, Denise Alves dos Santos, Maria Rodrigues dos Anjos e Cleiresmar Machado ocupavam funções administrativas na pasta.

Elas recebiam propinas em dinheiro vivo para atender às encomendas dos empresários Wagner Renato de Oliveira, Antonio Honorato Bérnago e Antonio Carlos Balbi, mentores da trama.

As propinas eram pagas às servidoras da Fazenda no Shopping Light, no viaduto do Chá, e em um salão de beleza na Galeria Nova Barão, no centro da cidade.

Silvania, funcionária concursada desde 1992, conta que um dia retirou um processo com 72 volumes, com a ajuda de Cleiresmar e Maria Rodrigues.

"Para carregar esses volumes, eu, Maria e Cleires saímos da Secretaria da Fazenda com sacolas e mochilas", confessou.

Por esse serviço, ela recebeu R\$ 40 mil. Cleiresmar e Maria também receberam R\$ 40 mil cada. Silvania confessou que teve ajuda de Maria para levar outro processo, de 19 volumes. "Maria levou os autos para o banheiro e eu coloquei dentro de uma mochila e saí das instalações da secretaria."

Desde que foi admitida na pasta, Silvania passou pelo setor de recursos humanos, mais tarde assumiu posto na Escola Fazendária (Fazesp) e depois migrou para a representação fiscal. Ela conta que há cerca de dois anos, uma conhecida, Sandra, "que trabalha na Procuradoria-Geral do Estado como auxiliar administrativo, juntamente com um homem, ofereceu o serviço para retirar o processo de uma empresa".

Ela afirma que "desde o início somente realizou a subtração de quatro processos fiscais", dois com Cleiresmar e dois com Maria Rodrigues, todos a pedido do empresário Wagner Renato. "Subtraí mais dois processos com ajuda de Denise (*Alves dos Santos*), que estavam na Procuradoria do Estado, onde ela trabalha", contou. "Eu subia na Procuradoria e pegava os processos, que já haviam sido separados e deixados em local acessível por Denise, também a pedido de Wagner. Sei que ele (*Wagner*) tem algumas amizades na Secretaria da Fazenda."

Silvania admitiu que Wagner a contemplou com quatro pagamentos, um no valor de R\$ 40 mil, outro de R\$ 10 mil, mais um de R\$ 25 mil e o último de R\$ 15 mil, "todos em espécie". Ela disse que chamava Maria Rodrigues, Cleiresmar e Denise "para ajudar nas consultas e nas subtrações dos processos".

"Quando Maria e Cleires retiravam os processos elas recebiam o mesmo valor", afirma Silvania. "Usei o dinheiro para compra de móveis e para ajudar a criação de meus filhos e netos."

Todas foram indiciadas pela PF. A Silvania são imputados os crimes de quadrilha, subtração de documentos e corrupção ativa, porque ofereceu dinheiro pelos serviços. As outras também foram enquadradas por corrupção, mas no modelo passiva porque aceitaram as vantagens.

# 15 FEV 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### FORTALEZA

#### Bando tem de devolver R\$ 625 mil de sequestro

Em decisão inédita, a Justiça cearense condenou sete sequestradores a devolver R\$ 625 mil pagos como resgate do filho de um empresário. A juíza Marlúcia de Araújo Bezerra também condenou os réus por extorsão mediante sequestro. Em 26 de junho de 2008, o bando armado invadiu uma escola particular em Fortaleza e sequestrou o adolescente V.B.R., que ficou no cativo durante 14 dias.

### DESABAMENTO NO RIO

#### MP recorre para incluir pedreiros no processo

O Ministério Público do Estado do Rio recorreu ontem da decisão da 31.ª Vara Criminal da Capital que rejeitou denúncia por crime culposo contra 4 dos 6 acusados pelo desabamento dos Edifícios Liberdade, Treze de Maio e Colombo, no centro do Rio, em 25 de janeiro de 2012. Dezesesseis pessoas morreram e 5 estão desaparecidas. O MP quer incluir no processo os 4 pedreiros que reformavam um dos andares.

18

ANDARES TINHA O EDIFÍCIO LIBERDADE, QUE DESABOU NO RIO

### SANTA MARIA

#### Associação pede R\$ 3 mi de indenização por caso

A Associação Nacional para Exigência do Cumprimento das Obrigações Legais (Anecol), com sede em São Paulo, ajuizou uma ação civil pública na Comarca de Santa Maria (RS) pedindo que os proprietários da boate Kiss, os integrantes da banda Gurizada Fandangueira e a prefeitura de Santa Maria sejam condenados a pagar R\$ 3 milhões à família de cada uma das 239 vítimas da tragédia ocorrida na casa noturna no dia 27 de janeiro e R\$ 300 mil a cada um dos feridos, pelos abalos morais que sofreram.